

RICARDO MOYSÉS RESENDE

**RELAÇÕES ENTRE O MERCOSUL
E AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2001

RICARDO MOYSÉS RESENDE

**RELAÇÕES ENTRE O MERCOSUL
E AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, para obtenção do título de “Magister Scientiae”.

APROVADA: 07 de dezembro de 2001.

Roberto Serpa Dias

Antônio Carvalho Campos

Fátima Marília Andrade de Carvalho

João Eustáquio de Lima
(Conselheiro)

Marília Fernandes Maciel Gomes
(Orientadora)

A Marta, Sofia, Toulouse e Fernando,
companheiros e fiéis escudeiros, por estarem sempre ao meu lado,
tranqüilos e silenciosos, fazendo companhia ao longo dos mais diversos desafios
e exaustivas horas de estudo.

A meus pais, que sempre fizeram o possível e, às vezes, o impossível
para que eu pudesse, cada vez mais, prosseguir meus estudos.

À Claudia, que, tenho certeza, muito se orgulha desta etapa vencida.

AGRADECIMENTO

Ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de formação acadêmica, pelos vastos ensinamentos e pela sua bela e completa estrutura física e humana.

A meus pais e a toda minha família, pelo apoio, pelo incentivo, pela dedicação ao longo de toda a minha vida acadêmica e por nunca medirem esforços para que eu continuasse a trilhar meu caminho.

A todos os professores do curso e, em especial, aos professores e amigos José Maria Alves da Silva, João Eustáquio de Lima e Maurinho Luiz dos Santos, pelas excelentes aulas e pela amizade surgida ao longo do curso.

À professora Fátima Andrade de Carvalho e ao professor Antônio Carvalho Campos, sempre gentis e disponíveis, pela experiência, pelos conhecimentos e pela presteza nos momentos de maior apuro, dúvidas e dificuldades.

À professora e orientadora Marília Fernandes Maciel Gomes, sempre gentil, calma e disponível, pelo auxílio e por ter-me proporcionado novos ensinamentos ao longo de todo o trabalho.

Aos conselheiros e membros da banca, pelas críticas, pelas sugestões enriquecedoras, pelo empenho e pelo trabalho na leitura da tese.

Aos grandes amigos e companheiros César Roberto Ferrara Marcolino e José de Melo, de forma especial, por partilharem meus momentos e estarem sempre ao meu lado.

À amiga Cristiana, pelo incentivo, pelo auxílio nos estudos, pela dedicação, pela consultoria e pela disponibilidade nos “serviços” de informática, e ao amigo Lamartine Sacramento Filho, que sempre me ajudou.

À UNA e a todos os colegas de curso, pelos momentos agradáveis, pelas inesquecíveis tardes que passamos juntos, das quais me recordo e sinto saudades ainda hoje. Em especial, aos colegas Onaldo Chaves e Wagner Henriques.

Aos monitores e grandes companheiros de tardes de estudos, Ângelo e Fernandinho, que esclareceram minhas dúvidas nos momentos mais angustiantes.

A todos os funcionários do Departamento de Economia Rural, especialmente Graça, pela presteza, pela dedicação e pelas informações sempre educadas e prestativas.

A todos aqueles que participaram e ajudaram, de forma direta ou indireta, na elaboração deste trabalho.

BIOGRAFIA

RICARDO MOYSÉS RESENDE, filho de Sebastião Resende e Elma Moysés Resende, nasceu em 16 de julho de 1963, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Em 1982, ingressou no curso de Ciências Econômicas na Faculdade Newton Paiva, concluindo-o em 1986.

No período de 1987 a 1992, exerceu as funções de professor de Economia em algumas faculdades de Belo Horizonte e de técnico de nível superior de planejamento na Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN-MG), onde, em 1994, foi nomeado Diretor de Planejamento Econômico.

Em janeiro de 1992, especializou-se em Política Econômica na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no programa PREPRES XXI.

Em julho de 1993, concluiu um Master in Economia, Energia e Meio Ambiente, na Scuola Superiore Enrico Mattei, em Milão, Itália.

Em março de 1999, iniciou o Mestrado em Economia Aplicada, na Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE QUADROS	ix
LISTA DE FIGURAS	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xv
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Considerações gerais	1
1.2. O problema e sua importância	8
1.3. Objetivos	12
1.3.1. Objetivo geral	12
1.3.2. Objetivos específicos	12
2. A GLOBALIZAÇÃO E O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA	13
2.1. A economia brasileira no contexto da globalização econômica.....	13

	Página
2.2. A economia brasileira e o Mercosul	19
2.3. A agricultura brasileira na nova ordem econômica mundial	30
3. PANORAMA MUNDIAL E BRASILEIRO DA CAFEICULTURA ..	33
4. METODOLOGIA	39
4.1. Referencial teórico	39
4.2. Referencial analítico	43
4.2.1. Índice de intensidade de comércio	44
4.2.2. Índice de orientação regional das exportações brasileiras de café	45
4.2.3. Índice de vantagem comparativa revelada	45
4.2.4. Modelo de participação constante de mercado (<i>Constant Market Share Analysis</i>)	46
4.3. Fonte de dados	48
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
5.1. Índice de intensidade de comércio	49
5.2. Índice de orientação regional das exportações brasileiras de café .	52
5.3. Índice de vantagem comparativa revelada	54
5.4. Modelo de participação constante de mercado (<i>Constant Market Share Analysis</i>)	58
5.4.1. Período de 1990 a 2000	59
5.4.2. Período de 1990 a 1994	62
5.4.3. Período de 1995 a 2000	65
6. RESUMO E CONCLUSÕES	68

	Página
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
APÊNDICES	80
APÊNDICE A	81
APÊNDICE B	85

LISTA DE QUADROS

		Página
1	Exportações e importações brasileiras, em bilhões de US\$, período de 1991 a 2000	7
2	Oferta mundial de café, em mil sacas de 60 kg, período de 1990 a 1998	9
3	Exportações brasileiras de café - Mundo e Mercosul, sacas de 60 kg, 1993 a 1998	10
4	Produção total e exportável de café beneficiado, Brasil, Bolívia e Paraguai, em 1.000 sc/60 kg, 1992 a 1997	11
5	Participação do comércio exterior (%), do mundo e dos blocos econômicos no PIB, 1994	14
6	Argentina - exportação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998	23
7	Argentina - importação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998	23
8	Brasil - exportação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998	24

	Página
9	Brasil - importação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998 24
10	Paraguai - exportação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998 25
11	Paraguai - importação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998 26
12	Uruguai - exportação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998 26
13	Uruguai - importação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998 27
14	Indicadores macroeconômicos do Mercosul, 1997 28
15	Comércio brasileiro com países do Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1999 29
16	Participação do Brasil nas exportações mundiais de produtos agrícolas, em bilhões de US\$, 1975 a 1995 32
17	Café verde - exportações mundiais e dos principais países, em mil ton., 1970/1974 a 1995/1998 34
18	Evolução do consumo interno de café no Brasil, 1965 a 1997 37
19	Indicadores do setor cafeeiro, Brasil, 1999 a 2000 38
20	Índice de intensidade de comércio, Brasil-Argentina, 1990 a 2000 51
21	Índice de orientação regional das exportações brasileiras de café para o Mercosul, 1990 a 2000 53
22	Índice de vantagem comparativa revelada para o café brasileiro, 1990 a 2000 55
23	Taxas de crescimento das exportações brasileiras e mundiais e fontes de crescimento das exportações brasileiras de café, em mil US\$, 1990 a 2000 60

24	Taxas de crescimento das exportações brasileiras e mundiais e fontes de crescimento das exportações brasileiras de café, em mil US\$, 1990 a 1994	63
25	Taxas de crescimento das exportações brasileiras e mundiais e fontes de crescimento das exportações brasileiras de café, em mil US\$, 1995 a 2000	66
1A	Indicadores de vantagem comparativa e intensidade de comércio, em mil US\$, FOB, 1990 a 2000	81
2A	Indicadores de intensidade de comércio e orientação regional, em mil US\$, FOB, 1990 a 2000	82
3A	Índices de vantagem comparativa revelada (VCR), intensidade de comércio (IIC) e orientação regional (IOR), café, 1990 a 2000	82
4A	Cálculos e resultados do modelo <i>market share</i> , 1990 a 1994	83
5A	Cálculos e resultados do modelo <i>market share</i> , 1995 a 2000	83
6A	Cálculos e resultados do modelo <i>market share</i> , 1990 a 2000	84
1B	Exportações brasileiras totais e de café verde para o mundo e para o Mercosul, em mil US\$, FOB, 1990 a 2000	85
2B	Exportações mundiais total e de café e comércio intra-Mercosul, em mil US\$, FOB, 1990 a 2000	86
3B	Exportações brasileiras e argentinas, importações mundial e argentina, em mil US\$, FOB, 1990 a 2000	86
4B	Exportações brasileiras de café, por país de destino, em mil sacas de 60 kg, 1990 a 2000	87
5B	Exportações mundiais de café, por país de destino, em mil sacas de 60 kg, 1990 a 2000	87
6B	Exportações brasileiras de café verde, receita cambial e preço médio, 1990 a 2000	88

LISTA DE FIGURAS

	Página
1 Investimento direto, absorvido pelo Brasil, nos fluxos mundiais, em %, 1970 a 1996	5
2 Investimento direto, absorvido pelo Brasil, nos fluxos mundiais destinados aos países em desenvolvimento, em %, 1970 a 1996 .	6
3 Índice de vantagem comparativa revelada (VCR) e índice de orientação regional (IOR), café, Brasil e Mercosul, 1990 a 2000	57

RESUMO

RESENDE, Ricardo Moysés, M.S., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2001. **Relações entre o Mercosul e as exportações brasileiras de café.** Orientadora: Marília Fernandes Maciel Gomes. Conselheiros: Danilo Rolim Dias de Aguiar e João Eustáquio de Lima.

A cafeicultura brasileira tem passado, nos últimos anos, por diversas crises e incertezas, em decorrência das forças de mercado e das políticas inadequadas ao setor, que provocaram redução na participação do País no mercado internacional. Apesar de o Brasil sempre ter ocupado posição de destaque na produção e exportação mundial, têm sido registrado sucessivas perdas em sua participação no comércio mundial, visto que sua cota nas exportações mundiais de café, no início da década de 1960, passou de 40% para 20% do total mundial, em 2000. Essa queda de participação do País no mercado mundial justifica a análise da competitividade nas exportações de café, com o intuito de verificar sua vantagem comparativa em relação a outros exportadores, e das transformações ocorridas no comércio desse produto após a implementação do Mercosul. O objetivo geral deste trabalho é verificar se, após a inserção do Brasil no Mercosul, houve grandes alterações nas exportações brasileiras de café, tornando possível ao País retomar parcela de seu antigo mercado externo. Os

índices de intensidade de comércio, de orientação regional e de vantagens comparativas reveladas e o modelo de *Constant Market Share* foram utilizados na análise. Os dados empregados são anuais e englobam o período de 1990 a 2000, que foi subdividido em dois subperíodos; de 1990 a 1994, definido como pré-Mercosul, e de 1995 a 2000, período pós-Mercosul. Os valores dos índices de intensidade de comércio e de orientação regional foram todos maiores que um, o que indica que não houve aumento na intensidade de comércio, bem como reorientação de comércio entre o Brasil e o Mercosul, dado que esses índices apresentaram grandes oscilações após a implementação do acordo de comércio. Os valores positivos do índice de vantagens comparativas reveladas das exportações de café mostram que a cafeicultura no Brasil é altamente competitiva, em terceiros mercados. No que se refere ao modelo de *Constant Market Share*, verificou-se que no período total de análise (1990 a 2000) e no subperíodo de 1990 a 1994, o crescimento das exportações brasileiras de café é explicado pelo efeito do comércio internacional, e, no subperíodo 1995 a 2000, a queda nas exportações é explicada pelos efeitos do comércio mundial e pelo destino das exportações. Conclui-se que o Mercosul não afetou as exportações brasileiras de café, ou seja, não propiciou aumento na intensidade de comércio do produto em direção aos membros do bloco econômico.

ABSTRACT

RESENDE, Ricardo Moysés, M.S., Universidade Federal de Viçosa, December 2001. **Relations between Mercosul and the Brazilian coffee exports.** Adviser: Marília Fernandes Maciel Gomes. Committee Members: Danilo Rolim Dias de Aguiar and João Eustáquio de Lima.

During the last years the Brazilian coffee production has faced many problems. The causes are the market behavior inadequate sector policies that caused reduction in market share of Brazil's coffee in the international market. Brazil, that was for a long time the bigger coffee producer, has been losing market share. Its participation dropped from 40% of world production in 1960, to 20% in 2000. This lost justifies a closer analysis to identify the coffee exportation competitiveness, to find out Brazil's comparative advantage among other countries, and to study the market transformations after the Mercosul foundation. The main goal of this theses is analyze if, the coffee exports has change, reinforcing your historical position into the international market with Brazil participation in Mercosul. The data used to calculate the indicators are the total and Brazilian "quantum" exports and the main destinations markets. The Constant Market Share model and other indices, as the revealed comparative advantage, commerce intensity and regional orientation are the coefficients to

calculate Brazil's competitiveness, for two periods: first, before Mercosul, 1990-1994, and after Mercosul, 1995-2000. The intensity of commerce and the regional orientation indices are bigger than one, and show that there was not gain of intensity of commerce. The positive values of the revealed comparative advantage coefficient indicates that coffee is extremely competitive in the world market. The Constant Market Share, explained by the world market effect, denotes the increase of Brazilian coffee export in the whole period (1990-2000) and the first sub-period (1990-1994). On the second sub-period (1995-2000) the lost in the coffee exportation rates is showed by the world market effect. One may assert as conclusion that the Brazilian coffee exports do not significant by increased after the creation of the Mercosul commercial trade agreement.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações gerais

O desempenho das exportações do Brasil, no período de 1960 até meados da década de 90, e a nova forma de inserção do País no comércio internacional refletem o desenvolvimento histórico de sua economia, bem como suas características físicas, tamanho e abundância de recursos naturais, além da relativa distância em relação às economias mais desenvolvidas e aos principais centros consumidores.

Na década de 50, o modelo de substituição de importações, que marcou o desenvolvimento da economia brasileira, foi particularmente importante para explicar a baixa participação do Brasil no fluxo internacional de comércio, em razão da pouca ênfase dada às exportações. Durante esse período, pouca atenção foi dispensada às exportações, já que a política cambial dificultou a expansão das exportações tradicionais (bens primários), que representavam cerca de 90% do total geral exportado pelo País (BAER, 1995).

Somente a partir de meados dos anos 60, as exportações começaram a crescer, apresentando substancial aumento, ao passarem de US\$ 1.654 milhão, em 1967, para US\$ 27.005 milhões, em 1984 (VASCONCELLOS et al., 1995).

Paralelamente ao crescimento das exportações brasileiras, verificou-se relativo processo de diversificação da pauta de produtos exportáveis, dado o aumento da participação dos produtos industrializados, esforço iniciado na década de 70, mediante o Segundo Plano de Desenvolvimento (II PND).

Dentre os produtos agrícolas, o café é um dos que, ao longo do tempo, tem reduzido a participação na pauta de produtos exportáveis. As exportações de café, que, em 1964, representavam 53% do total exportado pelo Brasil, reduziram para 14%, em 1980. Nos últimos anos, a queda nos preços do café levou o País a diminuir, de forma acentuada, sua participação nas exportações mundiais de café. Em contrapartida, os produtos manufaturados, que representavam 5% das exportações em 1964, passaram a significar 52% do total das exportações em 1980.

A partir da segunda metade dos anos 80, as exportações brasileiras mostraram-se muito vulneráveis a fatores tanto internos quanto externos. Apesar de sua relativa diversificação, as exportações ainda se concentravam em produtos com baixo grau de elaboração industrial, produtos sobre os quais o Brasil apresentava vantagens comparativas em razão da mão-de-obra barata e da disponibilidade de recursos naturais.

O problema surge no momento em que a demanda mundial desses tipos de produtos tende a ter crescimento lento e com preços relativos decrescentes, já que seus mercados são altamente competitivos e a competição se dá, basicamente, pelo preço (FERREIRA, 1998).

No período de 1990 a 1997, as exportações brasileiras totais aumentaram de US\$ 31 bilhões para US\$ 52 bilhões, apresentando um crescimento médio de 8% ao ano, desempenho ainda insuficiente, já que o aumento das importações foi ainda maior, causando um déficit comercial da ordem de US\$ 8,4 bilhões, em 1997. Enquanto as exportações cresceram em torno de 66%, as importações aumentaram em quase 197%. O saldo da balança comercial, que era positivo em 1990, tornou-se negativo em quase 70% em 1997, o que demonstra a incapacidade da economia brasileira em reverter essa situação (ALMEIDA et al., 1999).

A partir de 1990, com o fenômeno da globalização¹, cujas previsões eram de mercados abertos e livres por meio da redução das barreiras comerciais e da difusão e troca de novas tecnologias, ampliaram-se as perspectivas do comércio externo brasileiro, que tinha começado a perder fôlego.

O novo modelo de inserção da economia brasileira no contexto internacional, de liberalização econômica, passou a ganhar contornos mais definitivos por meio dos objetivos e diretrizes da nova política industrial e de comércio exterior implantados pelo governo Collor, no início dos anos 90. Assim, ocorreram reformas estruturais na economia brasileira, com vistas em aumentar a competitividade do País no exterior, além de causar redução nos preços domésticos.

Para NAKANO (1994), o Brasil somente começou a definir uma política de comércio exterior explícita a partir de 1990, em decorrência da abertura econômica. Nas décadas anteriores, esse tipo de política era dependente de outras políticas econômicas e respondia às necessidades momentâneas, tais como gerar divisas ou inibir importações.

Nesse novo contexto, o governo fixou, como objetivo, uma política de liberação das importações mediante redução da proteção tarifária e eliminação de medidas não-tarifárias, expondo, conseqüentemente, a indústria nacional à competição externa. Por meio do apoio às exportações, o governo buscava aumentar o valor adicionado a estas e identificar novos mercados.

Segundo esse autor, as principais mudanças adotadas nas normas da política de comércio externo foram adoção de um sistema de câmbio flutuante; revisão do sistema de proteção, devido ao aumento da exposição dos produtos nacionais à competição internacional; reforma da política de promoção às exportações, por meio da eliminação dos incentivos fiscais; e aumento na transparência e na eficiência do processo de decisão relacionado com a política de comércio externo, por meio da reforma das instituições públicas e da desburocratização.

¹ Entende-se, aqui, por globalização um processo que tem transformado a economia mundial, caracterizado pela formação de blocos econômicos com intensa mobilidade de capital, investimentos diretos, desregulamentação dos mercados e, de certa forma, redução de poder dos governos nacionais.

Segundo LACERDA et al. (2000), o objetivo principal da nova política industrial brasileira era provocar aumento na eficiência produtiva e na comercialização de bens e serviços, com base na modernização e na reestruturação da indústria. Essa nova política industrial e de comércio exterior contemplava algumas estratégicas básicas, tais como: a) Redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, eliminação dos incentivos e subsídios, realizados de maneira não-transparente, e fortalecimento dos mecanismos de defesa da concorrência; b) Reestruturação competitiva da indústria, por meio da adoção de instrumentos de apoio creditício e fortalecimento da infra-estrutura tecnológica; c) Fortalecimento de segmentos potencialmente competitivos, mediante maior especialização da produção; d) Exposição da indústria à competição internacional, com vistas na maior inserção no mercado externo, na melhoria da qualidade e do preço no mercado interno e no aumento da competição nos setores oligopolizados; e) Capacitação tecnológica das empresas nacionais, mediante proteção tarifária seletiva às indústrias de tecnologia de ponta e àquelas de apoio à difusão das inovações nos demais setores.

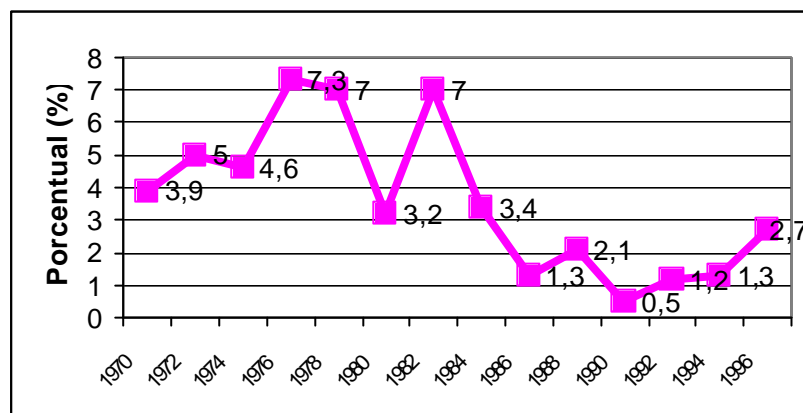
Registrou-se aspecto positivo nas contas externas brasileiras, comprovado por meio do aumento dos investimentos diretos absorvidos, que, somente em 1997, atingiram US\$ 17 bilhões e permitiram ao País alongar o perfil de sua dívida externa.

Ao analisar também o desempenho das exportações brasileiras que atingem os mais diversos mercados, verifica-se que o Brasil adotou a política de defender a posição de “global trader”, ou seja, um país que comercializa com vários parceiros mundiais, mas não tem interesses em negociar acordos preferenciais ou em aproximar-se de algum grande bloco.

Somente após o impacto da formação dos grandes blocos, nas décadas de 80 e 90, é que o Brasil passou a desenvolver ações conjuntas para formação de acordos regionais. Com isto, a defesa do multilateralismo, a consolidação do Mercosul e a criação de uma área de livre comércio das Américas são apontadas como os pontos básicos da política de inserção internacional do País.

A participação do Brasil nos investimentos externos diretos, em relação ao PIB, foi de 2,7% em 1996, valor que, embora venha aumentando desde 1992, encontra-se bem abaixo da melhor marca obtida pelo País em 1977, ano em que chegou a absorver 7,5% do fluxo mundial (Figura 1).

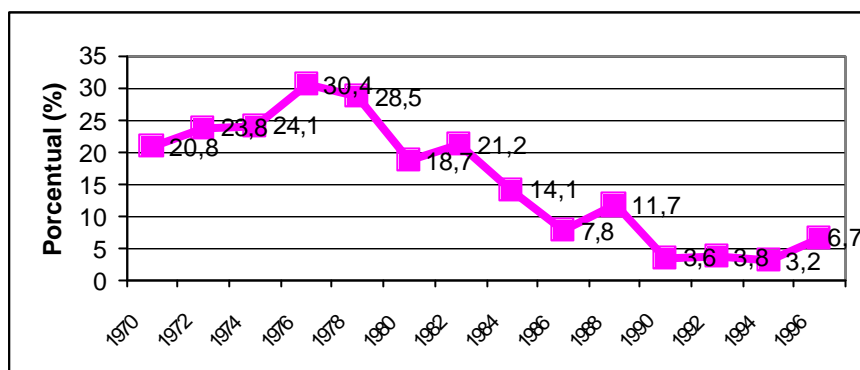
A Figura 1 apresenta a participação dos investimentos diretos, absorvidos pelo Brasil, nos fluxos totais mundiais, em porcentagem, no período de 1970 a 1996.



Fonte: LACERDA et al. (2000).

Figura 1 - Investimento direto, absorvido pelo Brasil, nos fluxos mundiais, em %, 1970 a 1996.

A mesma tendência pode ser observada em relação à participação do País no fluxo dos investimentos estrangeiros diretos destinados aos países em desenvolvimento, quando se absorveram, em 1996, 6,7% do total, valor muito aquém dos 32,3% absorvidos em 1977 (Figura 2).



Fonte: LACERDA et al. (2000).

Figura 2 - Investimento direto, absorvido pelo Brasil, nos fluxos mundiais destinados aos países em desenvolvimento, em %, 1970 a 1996.

Apesar de resultados específicos positivos, a sustentabilidade do modelo de inserção da economia brasileira no comércio internacional apresentava um paralelo entre ingresso de grandes volumes de capitais, juros cada vez mais elevados e câmbio sobrevalorizado.

Com o Plano Real, a valorização cambial e as elevadas taxas de juros praticadas até o início de 1999 passaram a comprometer o desempenho das exportações e a restringir os investimentos externos, efetivamente desfavorecidos pela valorização da moeda.

Apesar da experiência positiva do Plano Real, quanto à estabilização monetária, indicadores externos, como desempenho das exportações brasileiras, apresentaram resultados decrescentes.

A sobrevalorização cambial, juntamente com a abertura econômica, incentivou o aumento das importações, que, aliado à redução nas alíquotas tarifárias, facilitou ainda mais a entrada de produtos estrangeiros, ao mesmo tempo que a exportação se tornou relativamente mais difícil. Este quadro de restrição externa resultou em limitação ao crescimento econômico brasileiro e em desequilíbrio das contas externas.

Assim, as exportações brasileiras cresceram somente cerca de 40%, no período de 1994 a 2000, enquanto as importações cresceram 143%, apenas no período de 1993 a 1997, revertendo um quadro de superávit comercial, que o Brasil vinha obtendo nos últimos anos, para um significativo déficit na balança comercial (Quadro 1).

Quadro 1 - Exportações e importações brasileiras, em bilhões de US\$, período de 1991 a 2000

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1991	31,6	21,0	10,5
1992	35,8	20,5	15,3
1993	38,6	25,3	13,3
1994	43,5	33,1	10,4
1995	46,5	49,9	- 3,4
1996	47,7	53,3	- 5,6
1997	53,0	61,4	- 8,4
1998	51,1	57,7	-6,6
1999	48,0	49,2	-1,2
2000	55,0	55,7	-0,7

Fonte: MERCADO... (2001).

Conforme FERREIRA (1998), como as exportações perderam dinamismo e o comércio mundial continuou a crescer, a participação do Brasil no total das exportações mundiais caiu, em média, de 1,27%, no período de 1980 a 1985, para 0,9%, em 1995.

Reforçando a tendência de queda nas exportações totais em relação às importações no período subsequente ao Plano Real, a participação relativa das exportações de produtos agrícolas no comércio internacional também reduziu, passando dos 7,27% do total mundial, em 1975, para 3,29%, em 1996.

O café brasileiro, que chegou a representar 80% das exportações mundiais na década de 30, apresentou queda significativa, passando a ter participação média de 20%, nos últimos 10 anos. Conforme CAIXETA et al. (2000), as exportações brasileiras de café tiveram decréscimo tanto em volume quanto em participação no mercado, visto que o volume exportado, em 1991, de 21 milhões de saca passou para uma média de 17,4 milhões de sacas, de 1990 a 1999.

1.2. O problema e sua importância

As políticas econômicas implantadas no Plano Real não foram favoráveis ao setor agrícola. Uma conjuntura na qual predominavam taxas de juros elevadas e câmbio sobrevalorizado, além da ocorrência de uma safra recorde em 1995, concorreu para significativa queda nos preços agrícolas (FERREIRA, 1998).

Tendo em vista que a implantação do Mercosul tornava-se uma possibilidade de fortalecimento, crescimento e ampliação de espaço para as exportações brasileiras, é fundamental analisar, após a inserção do País neste bloco econômico, a recomposição das exportações de café, em termos de direcionamento a novos parceiros comerciais, e o comportamento evolutivo dessas exportações na última década, além do novo posicionamento do Brasil, de vantagem comparativa, na produção de café.

Especificamente para este produto, PONCIANO (1995) concluiu que o Brasil, que sempre ocupou posição de maior produtor e exportador, vem registrando quedas sucessivas em sua participação no comércio mundial, dado que, no início do século, era responsável por 80% das exportações mundiais, e, em 1995, passou a participar com apenas 20% do total mundial das exportações. Na década de 60, a participação do Brasil chegou a ser de 40% do total transacionado do produto no mercado externo.

Ao se analisar o Quadro 2, verifica-se, além da queda, uma oscilação na participação do Brasil na oferta mundial de café, já que passou de um percentual de 31%, no período de 1990/91, para 18%, em 1997/98.

Quadro 2 - Oferta mundial de café, em mil sacas de 60 kg, período de 1990 a 1998

Países	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98
Brasil	31.000	28.500	24.000	28.500	28.000	16.800	27.500	18.860
Colômbia	14.500	17.980	14.950	11.400	13.000	12.500	10.300	11.300
Indonésia	7.480	7.100	7.350	7.400	6.000	5.800	7.600	6.800
México	4.550	4.620	4.180	4.200	4.030	4.500	5.600	5.700
Total geral	100.417	104.245	92.840	93.307	97.740	86.770	100.718	103.682
Brasil (total)	31%	27%	26%	31%	29%	19%	27%	18%

Fonte: FARINA e ZYLBERSZTAJN (1998).

Segundo FARINA e ZYLBERSZTAJN (1998), a queda da participação do Brasil tem sido atribuída à política de regulamentação, já que o País sujeitou-se a reduzir sua participação no mercado, diminuindo a oferta com o objetivo de valorizar o preço do produto. Dessa forma, devido ao excesso de estoques e à falta de incentivos à produção, ocorreu uma erradicação das lavouras no início dos anos 70.

Mesmo após a desregulamentação, que aconteceu na década de 90, a oferta brasileira de café continuou a reduzir, devido às geadas de 1994, que destruíram parte da produção nacional.

Embora a participação do produto no mercado internacional esteja diminuindo e até mesmo perdendo o primeiro lugar na pauta das exportações, o complexo cafeeiro, que engloba produção, processamento e serviços, continua sendo um componente relevante na receita cambial brasileira, com peso significativo nas receitas de exportações.

Em 1997, o sistema agroindustrial do café foi responsável por 5,89% do total das exportações do País, o que significou US\$ 3,1 bilhões de divisas com exportações (FARINA e ZYLBERSZTAJN, 1998).

Segundo CAIXETA e GOMES (1999), a queda da participação do Brasil no mercado internacional de café pode ser atribuída a fatores como a política de

valorização do preço praticada pelo País e a regulamentação do mercado durante a vigência dos Acordos Internacionais do Café (AIC), em 1996.

A participação do País no mercado internacional de café tem sido decrescente (Quadro 3), perda esta justificada pela intervenção do governo na comercialização do produto, mediante sustentação de preços elevados artificialmente, como também pela negligência do setor privado no estabelecimento de adequadas políticas de melhoria de qualidade, agregação de valor ao produto e marketing (REZENDE et al., 2000).

Quadro 3 - Exportações brasileiras de café - Mundo e Mercosul, sacas de 60 kg, 1993 a 1998

Ano	Exportação total de café	Exportação para o Mercosul
1993	17.840.390	34.211
1994	17.253.259	30.823
1995	14.499.602	32.496
1996	15.266.472	36.872
1997	17.757.506	40.684
1998	18.222.860	35.537
1999	21.933.000	36.254
2000	16.883.000	24.287

Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV (2000).

No âmbito do Mercosul, os países mais aptos à produção do café são Brasil e Paraguai, e Colômbia e Bolívia, que não pertencem ao bloco e são possíveis concorrentes. Com base no período de 1992 a 1997, verifica-se que o Brasil respondeu por mais de 98% da produção exportável disponível no bloco (Quadro 4).

Quadro 4 - Produção total e exportável de café beneficiado, Brasil, Bolívia e Paraguai, em 1.000 sc/60 kg, 1992 a 1997

Ano	Brasil		Bolívia		Paraguai	
	Produção total	Produção exportável	Produção total	Produção exportável	Produção total	Produção exportável
1992	28.500	19.500	200	150	40	10
1993	24.000	15.500	85	35	60	30
1994	28.500	19.100	80	30	70	40
1995	28.000	18.300	95	45	50	20
1996	16.800	6.300	120	70	70	40
1997	27.500	16.000	140	90	60	30

Fonte: VEGRO (1997).

O Brasil, em comparação aos países do Mercosul, ocupa posição quase monopolista na produção e no abastecimento de café, em relação a seus parceiros. Este mercado não consolida, porém, posição dominante no destino das exportações brasileiras do café, representando apenas 4% das exportações totais, sendo 76% das vendas dessa fatia destinadas à Argentina (VEGRO, 1997).

Somente no primeiro semestre de 1997, as exportações brasileiras de café para os países do Mercosul atingiram US\$65,5 milhões, sendo a Argentina o maior importador, com US\$51,4 milhões. Em 2000, o total brasileiro exportado de café para seus parceiros comerciais do Mercosul atingiu US\$ 102,89 milhões, o dobro da média anual do período de 1987 a 1996.

Conforme CARVALHO et al. (1998), os processos de integração também podem estar associados a custos para países participantes, como desvio de comércio para países com maior ritmo de desenvolvimento ou que apresentam maiores vantagens comparativas.

A integração de mercados também pode, em alguns casos, reduzir o grau de liberdade dos governos na implementação de políticas domésticas e causar desvios de comércio, visto que as importações mais baratas de terceiros são substituídas por importações mais caras de membros do bloco (WAQUIL, 1997).

Apesar de constantes perdas de mercado externo e queda bruta da produção nos últimos anos, o Brasil ainda tem condições de competir no mercado internacional. Assim, a queda da participação do País no total das exportações mundiais de café justifica uma análise que visa identificar a perda de competitividade nas exportações deste produto, com o propósito de verificar sua vantagem comparativa em relação a outros exportadores, além da transformação ocorrida no comércio do produto após a formação do Mercosul e a influência deste nas exportações desse produto.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

Este trabalho tem o objetivo geral de avaliar o comportamento das exportações brasileiras de café, antes e após a formação do Mercosul.

1.3.2. Objetivos específicos

- a) Determinar as mudanças ocorridas na intensidade de comércio de café entre os países participantes do Mercosul; a orientação regional das exportações brasileiras de café; e a vantagem comparativa das exportações brasileiras de café, antes e após a implementação do Mercosul;
- b) Analisar o desempenho das exportações brasileiras de café, avaliando o efeito do comércio mundial, o efeito do destino das exportações e o efeito da competitividade, no período de 1990 a 2000.

2. A GLOBALIZAÇÃO E O COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

2.1. A economia brasileira no contexto da globalização econômica

A economia mundial, principalmente no pós-guerra, vem passando por sucessivas transformações em direção à internacionalização da produção e dos mercados, já que o fluxo de comércio internacional tem crescido de forma surpreendente.

Segundo NAKANO (1994), as exportações mundiais representaram, em 1990, cerca de 15% do PNB mundial, quase 25% a mais do que os 12%, em 1965. Fazendo-se um confronto das exportações mundiais com o PNB, tem-se uma queda na taxa média de crescimento destas, de 1980 a 1985, apesar de as exportações voltarem a crescer mais do que o produto no quinquênio seguinte, 1985/1990, tendência que vem se mantendo nos anos mais recentes.

Por meio dos dados do Quadro 5, pode-se verificar que, em 1990, as exportações mundiais representavam 15% do PIB mundial, enquanto o bloco europeu já participava de 27,6% do produto interno do bloco e de 11,1% do Mercosul.

Quadro 5 - Participação do comércio exterior (%), do mundo e dos blocos econômicos no PIB, 1994

Comércio exterior no PIB	Exportações	Importações
Mundo	15,0	15,6
Bloco Europeu	27,6	28,3
Bloco América do Norte	10,1	12,4
Bloco Asiático	16,4	15,3
Mercosul	11,1	7,1

Fonte: NAKANO (1994).

Para que ganhos de comércio ocorram e se traduzam em crescimento econômico, torna-se condição necessária que a liberação global e regional do comércio seja buscada como solução complementar aos países, e não como alternativa. Dessa forma, globalização e regionalismo aberto são situações que têm de andar juntas pela via da liberalização geral do comércio (BRANDÃO e PEREIRA, 1996). Assistem-se, assim, a vários movimentos de integração econômica que buscam derrubar barreiras ao comércio internacional.

A globalização vem sendo, freqüentemente, caracterizada pela integração econômica, social e financeira entre os países, cujas características e possíveis efeitos são crescentes, tornando-se expansiva por natureza, já que não existem indícios aparentes de sua eventual reversão (BAUMANN, 1996).

A consequência desse processo é a diminuição do poderio dos Estados nacionais, que passam a dividi-lo com as organizações supranacionais.

Apesar de não serem recentes as experiências de formação de espaços regionais de integração², somente em meados deste século foi que a palavra

² Palavra de origem latina que significa renovação ou restabelecimento. A partir de 1629, a palavra integração começou a ser utilizada com o significado de combinação de partes num todo. Já no campo econômico, refere-se à integração de diferentes áreas econômicas (PORTO, 1997).

integração começou a ser utilizada para referir-se à associação de várias áreas econômicas (PORTO, 1997).

Para LAWRENCE (1991), entre os argumentos que justificam uma visão do cenário internacional composto por blocos está a dificuldade do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) em lidar com pressões sobre globalização, bem como o fato de o comércio internacional ser cada vez mais administrado. Os mais radicais chegam a afirmar que a formação de blocos econômicos é algo inevitável.

O processo de integração, em que as economias se aprofundaram juntamente com a globalização, é uma realidade que exige esforços de todas as nações na definição de uma nova ordem econômica mundial. Com o fim da bipolarização, acabaram as relações verticais entre os países, razão da necessidade da formação dos blocos econômicos, cujas funções principais são a melhoria de competitividade internacional e a harmonização de políticas macroeconômicas (PEREIRA, 1998).

Segundo CARVALHO et al. (1998), a globalização e o aprofundamento do processo de integração tornaram-se uma realidade que demanda esforços de todas as nações, com vistas em definir uma nova ordem mundial, pois, após o fim da bipolaridade, acabaram as relações verticais entre os países.

Porém, a globalização trouxe também uma discussão sobre dois cenários diferentes com uma mesma tendência, que são a integração e o regionalismo, em que cada país irá projetar seus caminhos, de forma integrada, com sua região geoeconômica e questionar sua capacidade de implementar políticas próprias, a partir do momento em que transferir parte de soberania para instituições supranacionais.

No mundo atual, em decorrência da redução dos custos de comunicação e de transporte, aliada à expansão das empresas transnacionais e ao desenvolvimento do mercado internacional de capitais, as distâncias entre as nações estão deixando de ter qualquer importância, razão da existência de fortes pressões para se efetivar a globalização e para que a interdependência crescente entre as nações se torne um fenômeno concreto e inescapável nos anos 90. Mas,

neste novo contexto, pequenas diferenças nas práticas políticas, no regime fiscal e monetário ou nos fatores de competitividade podem ter amplos efeitos nos fluxos de comércio e investimento de um país (NAKANO, 1994).

As regras de comércio também estão sofrendo mudanças profundas devidas à globalização e à crescente competição entre as nações, o que faz com que a gestão da interdependência e dos conflitos de comércio passe a tomar a forma de acordos preferenciais, com a conseqüente formação de blocos regionais de comércio. Como estas regras estão sendo definidas cada vez mais por meio de negociações e cooperação entre as nações e passaram a englobar práticas institucionais, além das fronteiras nacionais, a harmonização das diferenças nacionais tornou-se tendência irrefutável para que as nações se integrem ao novo mercado mundial globalizado.

De acordo com VELLOSO (1995), a discussão a propósito dos blocos econômicos está associada, em primeiro lugar, à percepção de que a estrutura de comércio e os fluxos de investimentos obedecerão a um cenário de blocos, em que o movimento de produtos e fatores será mais um fluido no interior de cada área do que entre áreas, aumentando, assim, a importância da identificação de cada país com um dos principais blocos.

Porém, conforme LIMA e MEDEIROS (2000), a globalização ainda não é um conceito acabado, mas apenas um ponto de referência conveniente para oxigenar um conjunto de idéias sobre o emergente estado mundial ou sobre cenários alternativos para o futuro da humanidade.

Para WATERS (1995), nada mais é do que a conseqüência direta da expansão da cultura européia ao longo do planeta, o que não implica que todos os recantos do planeta venham a ser absorvedores desta cultura ocidental e capitalista.

Segundo ARRUDA (1995), a globalização promove crescimento econômico e faz aumentar a produção de bens de consumo, apesar de não criar empregos, além de empurrar um crescente número de famílias para o desemprego. Afirmou também que a ênfase na criação de riquezas, por meio de

forças de mercado, cria pobreza e exclusão para muitos povos, além da degradação ambiental, cujo custo de reparação é passado para o Estado.

Benefícios resultantes da integração regional podem ainda ser apontados, como ganhos por meio da economia de escala, especialização na produção e comercialização, redução nos custos de produção, maior poder de barganha nos mercados internacionais e unificação de objetivos (CARVALHO et al., 1998).

Segundo Gandolfo (1994), citado por CARVALHO et al. (1998), melhor aproveitamento dos benefícios da integração somente ocorrerá quando maior for o bloco, maior for o grau de competitividade entre os países membros, maiores forem as barreiras entre os países antes da formação do bloco e menores forem as barreiras estabelecidas pelo bloco em relação ao resto do mundo.

Os benefícios da integração na economia de uma nação podem surgir da remoção de barreiras, que causa incremento no comércio, dando acesso a um mercado mais amplo para as empresas e trazendo, como consequência, aumento na taxa de crescimento econômico.

Na atualidade, existem diversos blocos regionais de comércio que abrangem grande número de países e têm tendências de aumentar a interdependência como resposta à formação de outros blocos. Assim, cada economia se vê compelida a participar dos acordos para não ficar em desvantagem em relação aos que estão articulando em blocos e se fortalecendo diante da concorrência no comércio internacional.

Segundo LIMA e MEDEIROS (2000), atualmente, 60% das trocas comerciais são realizadas com base em acordos de livre comércio, em um volume de exportações de US\$ 3,7 trilhões. Em 1998, o comércio internacional de mercadorias apresentou um volume total de exportações de US\$ 5,3 trilhões, e apenas os blocos da União Européia, Nafta e Ásia – Pacífico, 73% do total exportado. Do total exportado pelo Mercosul, somente o Brasil contribuiu com 53% .

A dificuldade reside na definição de tendência de crescimento do protecionismo interblocos e da liberalização do comércio apenas intrablocos, ou

se estes manterão uma estratégia de espaços abertos, que foram criados para organizar o sistema de comércio internacional.

A tendência, nos últimos anos, tem sido a criação de áreas privilegiadas de comércio entre regiões, com base em preferências tarifárias, acordos setoriais e imposição de cotas de importação. Nesse contexto insere-se também a economia brasileira, que busca expandir mercados e administrar crises econômicas e sociais.

Na última década, a economia brasileira passou, simultaneamente, por processos de ajustes que interagiram entre si, o que afetou, de forma substancial, seu desempenho. A globalização, a abertura da economia, a privatização e a estabilização alteraram, substancialmente, a estrutura econômica e social do País.

A formação de blocos regionais de comércio é uma realidade, e a crescente integração regional é consequência das pressões advindas das forças globalizadoras da economia mundial. Existem, contudo, incertezas a respeito da imposição de barreiras ao comércio com terceiros, o que resulta na fragmentação do comércio internacional ou na instalação de liberalização externa (NAKANO, 1994).

As economias em desenvolvimento sofrem grandes pressões sobre uma integração ao mercado internacional, o que leva à redução da soberania nacional e do grau de controle das políticas nacionais. Assim, para terem acesso a essa nova forma de comércio, essas economias terão de abrir seus mercados e passar por um processo de harmonização de práticas comerciais e políticas.

O Brasil vem realizando amplo processo de liberalização econômica, com vistas em obter ganhos de competitividade e de produtividade, elegendo como uma de suas prioridades externas o aprofundamento da integração regional (BARBOSA, 1994).

Na atual conjuntura internacional, marcada por transformações nos cenários econômico e político regionais, a integração coloca-se como um processo, um vez que a inserção competitiva nos mercados internacionais passa, atualmente, pela integração e constitui condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico.

O esforço brasileiro, com vistas em buscar uma inserção mais competitiva na economia internacional, tem encontrado nos mecanismos de integração importante alavancagem nos fluxos financeiros e de mercadorias. A regionalização é uma tendência mundial, assim como a globalização dos circuitos produtivos internacionais (BARBOSA, 1994).

O desenvolvimento do comércio regional teria como precondição o envolvimento de países que têm o mesmo nível de desenvolvimento econômico. Assim, a expansão de mercado para todos os membros dar-se-ia sob condições necessárias à produção em escala, ao aumento da produtividade, à redução dos custos e, conseqüentemente, aos ganhos em competitividade. A integração regional não é, portanto, um fim em si mesma, mas um meio de adquirir ganhos de competitividade com vistas na integração global que traga benefícios generalizados.

Nesse contexto, é importante que o Brasil mantenha sua posição de global *trader*, permanecendo vinculado aos grandes blocos comerciais existentes e ampliando sua estratégia comercial via Mercosul. Em 1993, somente o bloco europeu, o bloco da América do Norte e o Mercosul absorviam 72% das exportações brasileiras, enquanto o resto do mundo representava um mercado de apenas 28% do total exportado pelo Brasil (NAKANO, 1994).

2.2. A economia brasileira e o Mercosul

Nos anos 80, as exportações brasileiras para os países que hoje compõem o Mercosul apresentaram dois momentos bastante distintos. Na primeira metade da década, houve forte retração das exportações para o bloco, uma vez que o total do volume exportado reduziu de US\$ 1,8 bilhão, em 1980, para US\$ 1,0 bilhão, em 1985. Na segunda metade da década até o início da década de 90, houve recuperação no volume exportado, que cresceu de US\$ 1,0 bilhão, em 1985, para US\$ 5,4, em 1993 (LIMA e MEDEIROS, 2000).

Segundo esses autores, o grande impulso dos países que atualmente compõem o Mercosul em favor das exportações brasileiras deu-se no período de 1990 a 1992, já que as exportações cresceram em torno de 75%.

Esses dados comprovam a ampliação do comércio, dado o aumento no número de acordos para remoção mútua das barreiras comerciais e dada a constituição de arranjos regionais de comércio. A tendência à formação de blocos econômicos é conseqüência do processo de globalização e do desgaste do multilateralismo, o que seria extrapolado para ganhos de bem-estar.

O Mercosul³ representa, segundo CARVALHO e SILVA (2000), não apenas uma ruptura no processo de substituição de importações brasileiras, iniciado na década de 50, mas também uma transposição para um modelo de desenvolvimento caracterizado pela abertura econômica.

Na década de 90, a economia brasileira foi submetida a uma nova oportunidade de aumento e diversificação de suas exportações, principalmente de produtos que vinham perdendo espaço no mercado internacional, na medida em que incorporava um mercado que representa 12% da população total da América Latina.

Desde janeiro de 1995, o Mercosul constitui uma união aduaneira, já que os países membros ocupam uma área de, aproximadamente, 12 milhões de quilômetros quadrados, quase cinco vezes o tamanho da União Européia. Em 1991, o PIB do Mercosul foi de US\$ 544 bilhões, sendo o Brasil e a Argentina responsáveis por cerca de 97% deste total. A participação da agricultura no total do PIB representou 10% para o Brasil e Uruguai, 15% para a Argentina e 22% para o Paraguai, o que demonstra a importância da agricultura para esses Países.

Segundo LEMOS e MORO (1995), a inserção internacional do sistema agroalimentar constitui uma das principais bases produtivas com vantagens comparativas do mercado comum em formação.

Somente em 1992, o Mercosul foi responsável por 1,4% das exportações mundiais e 1,1% das importações mundiais totais. O Mercosul correspondia, em

³ Bloco econômico criado a partir da assinatura do tratado de Assunção, em 1991, que entrou em vigor em janeiro de 1995. Formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com objetivo inicial de integração e desenvolvimento dos países membros.

1995, a 3,8% da população mundial; 3,4% do PIB; 1,6% das exportações; e 1,7% das importações totais mundiais. Comparando esse quadro com o ano de 1990, no qual os percentuais de exportação e importação foram, respectivamente, de 1,5% e 0,9%, pode-se afirmar que houve avanço na presença do bloco no cenário internacional (VIEIRA e CARVALHO, 1997).

De 1990 a 1998, os países do Mercosul apresentaram déficits em seus balanços de pagamentos, resultantes, principalmente, da valorização cambial e da redução de barreiras alfandegárias.

O bloco econômico apresentava, em 1999, uma população de 200 milhões de habitantes, em uma superfície de quase 12 milhões de quilômetros quadrados, e um PIB conjunto de quase 1 trilhão de dólares.

O Mercosul representa a quarta zona econômica do mundo, com uma produção total equivalente a 20% de todos os países em desenvolvimento; renda per capita de US\$ 4,1 mil; exportações de US\$ 83 bilhões; e importações de US\$ 103 bilhões (ESTADO DE MINAS - ECONOMIA, 2000).

Segundo PORTO (1997), pode-se afirmar, concretamente, que o crescimento do comércio intra-Mercosul, que mais que duplicou de 1990 a 1993, foi superior àquele relacionado com outros espaços regionais, enquanto o aumento do comércio intra-Mercosul foi de 143%; o crescimento da América Latina, de 55%; e o do resto do mundo, 16%.

No tocante às exportações brasileiras para a América Latina e, mais precisamente, para os países que iriam compor o Mercosul, percebe-se grande pulverização da pauta para a região, tendo a grande arrancada ocorrido no período de 1992 a 1995, sendo os produtos agrícolas os principais produtos exportados (NONNENBERG, 1998).

Segundo VELLOSO (1995), o Mercosul teve ligeiro impacto negativo nos outros países da América Latina que não foram incluídos no acordo, o que causou um aumento nas exportações intra-regionais dos países membros (4,7% para o Brasil e 8,4% para a Argentina) e deslocou a exportação dos países não-membros do Mercosul.

A dificuldade histórica de integração dos países da América Latina na economia mundial reside no fato de estes apresentarem baixa produtividade e, conseqüentemente, pouca competitividade diante dos países desenvolvidos.

A baixa competitividade impede integração com benefícios mútuos ao mercado internacional. Poucos são os produtos do Mercosul que têm presença significativa no comércio mundial, cabendo ressaltar que, em todos os casos em que isso ocorre, os produtos têm elevado componente de recursos naturais e, freqüentemente, baixo grau de processamento (BAUMANN, 1996).

A formação do Mercosul pode ser entendida então como uma opção pela resolução do problema das diferenças de níveis de competitividade entre os países, e uma alternativa é a criação de blocos econômicos regionais, que objetiva desenvolver o comércio de determinada região por meio da eliminação das barreiras alfandegárias, reduzindo os custos dos produtos. Sua integração é vista como indispensável para enfrentar, de forma conjunta, as restrições nos mercados dos países desenvolvidos e a tendência mundial de globalização de regionalização.

Em todos os quatro países que iriam compor o bloco econômico do Mercosul, houve crescimento na participação do comércio após 1990, já que aumentaram tanto as exportações quanto as importações. O Brasil e a Argentina foram os que apresentaram as menores porcentagens de aumento na participação dentro do Mercosul, pelo fato de eles serem os maiores países da região, pelo aspecto geográfico, e por apresentarem economias mais desenvolvidas, o que, naturalmente, aumenta o potencial de relações comerciais com outras regiões do mundo.

Na Argentina, houve aumento das exportações totais após o início do acordo comercial, tendo o total exportado em direção ao Mercosul passado de 14,8%, em 1990, para 30,3%, em 1994. Após esse período, o volume exportado por esse país para os parceiros comerciais estabilizou-se em torno de uma média de 34,0%. Quanto às importações, não se evidenciou nenhuma variação significativa nas importações argentinas, dado que o valor manteve uma média de 2% do total importado dentro Mercosul (Quadros 6 e 7).

Quadro 6 - Argentina - exportação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998

Países de destino	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Brasil	1423	1489	1671	2814	3655	5484	6615	8127	7946
Paraguai	147	178	272	358	499	631	583	619	622
Uruguai	263	311	384	512	650	654	718	812	843
Total intra-Mercosul	1833	1977	2327	3684	4804	6770	7916	9558	9411
Total geral	12353	11978	12235	13118	15839	20963	23760	26430	26434
Mercosul, em %	14,8	16,5	19,0	28,1	30,3	32,3	33,3	36,2	35,6

Fonte: COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA - CEPAL (2001).

Quadro 7 - Argentina - importação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998

Países de origem	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Brasil	715	1532	3367	3664	4325	4175	5326	6914	7051
Paraguai	40	40	62	67	63	140	182	320	348
Uruguai	79	166	247	297	395	279	293	371	528
Total intra-Mercosul	833	1738	3676	4029	4784	4594	5801	7604	7927
Total geral	4077	8275	14872	16784	21590	20122	23728	30450	31405
Mercosul, em %	20,4	21,0	24,7	24,0	22,2	22,8	24,4	25,0	25,2

Fonte: CEPAL (2001).

Analisando-se os dados do Brasil, apresentados nos Quadros 8 e 9, observa-se aumento significativo em suas exportação intra-Mercosul, já que estas cresceram de 4,2%, em 1990, para 17,4%, em 1998, enquanto as importações aumentaram de 11,2%, em 1990, para 16,4%, em 1998.

Quadro 8 - Brasil - exportação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998

Países de destino	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Argentina	645	1476	3040	3659	4136	4041	5170	6767	6747
Paraguai	380	496	543	961	1054	1301	1325	1406	1249
Uruguai	295	337	514	776	732	812	811	870	881
Total intra-Mercosul	1320	2309	4097	5395	5921	6154	7305	9043	8877
Total geral	31413	31622	35976	38597	43558	46506	47747	52986	51120
Intra-Mercosul em %	4,2	7,3	11,4	14,0	13,6	13,2	15,3	17,1	17,4

Fonte: CEPAL (2001).

Quadro 9 - Brasil - importação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998

Países de origem	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Argentina	1400	1614	1721	2646	3661	5570	6775	8111	8028
Paraguai	328	219	187	277	352	514	551	528	349
Uruguai	578	434	340	429	568	737	931	979	1048
Total intra-Mercosul	2306	2267	2248	3352	4581	6821	8257	9618	9425
Total geral	20536	21041	20554	25460	33078	49583	53286	61347	57549
Intra-Mercosul em %	11,2	10,8	10,9	13,2	13,8	13,8	15,5	15,7	16,4

Fonte: CEPAL (2001).

O Paraguai e o Uruguai foram os países que mais participaram do Mercosul em porcentagem de crescimento do comércio externo total. Por possuírem pequeno tamanho territorial e terem economias pouco diversificadas e dificuldades de acesso a outras regiões do mundo, fatores que dificultam as relações comerciais com outros países, principalmente os desenvolvidos, puderam beneficiar-se mais do acordo comercial.

O comércio no Mercosul representou para o Paraguai um aumento em torno de 53,0%, passando de 40,0%, em 1990, para 61,2% de seu volume total exportado em 1998, enquanto para o Uruguai representou um aumento de 59,2% no mesmo período, tendo o total exportado para o Mercosul passado de 34,8%, em 1990, para 55,4%, em 1998. Por sua vez, as importações do Paraguai e do Uruguai intra-Mercosul cresceram 127,8% e 8,5%, respectivamente (Quadros 10, 11, 12 e 13).

Quadro 10 - Paraguai - exportação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998

Países de destino	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Argentina	56	45	64	65	91	80	95	305	320
Brasil	312	203	171	215	324	411	520	480	340
Uruguai	12	11	11	7	10	34	44	26	15
Total intra-Mercosul	380	259	246	287	425	525	659	811	675
Total geral	959	737	656	725	815	919	1043	1331	1103
Intra-Mercosul em %	40,0	35,1	37,5	39,6	52,1	57,1	63,2	60,9	61,2

Fonte: CEPAL (2001).

Quadro 11 - Paraguai - importação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998

Países de origem	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Argentina	172	175	231	242	349	519	587	665	630
Brasil	222	251	283	370	599	681	982	1215	1185
Uruguai	10	11	12	21	32	37	63	61	85
Total intra-Mercosul	404	437	526	633	980	1237	1632	1941	1900
Total geral	1350	1460	1422	1689	2425	3136	3107	3479	2790
Intra-Mercosul em %	29,9	29,9	37,0	37,5	40,4	39,4	52,5	55,8	68,1

Fonte: CEPAL (2001).

Quadro 12 - Uruguai - exportação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998

Países de destino	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Argentina	82	163	250	279	382	267	272	354	514
Brasil	506	384	284	366	492	702	831	940	935
Paraguai	6	11	10	16	24	25	50	61	84
Total intra-Mercosul	594	558	544	699	899	992	1153	1355	1533
Total geral	1708	1574	1602	1607	1914	2106	2397	2726	2769
Intra-Mercosul em %	34,8	35,5	34,0	43,5	47,2	47,1	48,1	49,7	55,4

Fonte: CEPAL (2001).

Quadro 13 - Uruguai - importação total e intra-Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1998

Países de origem	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Argentina	219	271	346	432	609	609	691	791	839
Brasil	330	373	475	608	746	699	746	802	793
Paraguai	11	11	11	6	9	14	25	24	16
Total intra-Mercosul	560	655	832	1046	1364	1321	1462	1536	1648
Total geral	1404	1552	2010	2333	2707	2867	3360	3716	3808
Intra-Mercosul em %	39,9	42,2	41,4	44,8	50,4	46,1	43,5	41,3	43,3

Fonte: CEPAL (2001).

De acordo com CANO (2000), uma análise do comércio no Mercosul mostra cifras altas e crescentes, já que 24% das vendas totais foram dentro do próprio mercado. Porém, esse bloco econômico carece ainda da resolução de sérios problemas fundamentais para sua continuidade e crescimento, dentre os quais a heterogeneidade entre os membros, em relação a renda, produção, aspectos fiscais, entre outros. Pode-se observar, conforme Quadro 14, que o PIB brasileiro representa mais do que o dobro do PIB da Argentina, 78 vezes o do Paraguai e 45 vezes o do Uruguai, enquanto a renda per capita no Brasil corresponde à metade da renda per capita argentina.

Esses indicadores, aliados a outros como disparidades salariais e competitividade, dificultam a manutenção de um acordo regional mais avançado, como desejam os países membros.

As exportações brasileiras para o Mercosul são relativamente diversificadas, dada a grande participação de grupos de produtos com maior grau de tecnologia, como material de transporte, máquinas e equipamentos elétricos, entre outros, enquanto as importações são concentradas nos produtos alimentares ou industrializados de menor intensidade tecnológica, como têxteis e químicos.

Quadro 14 - Indicadores macroeconômicos do Mercosul, 1997

Países	PIB (US\$ milhões)	População (milhões)	PIB (per capita, em US\$)	PIB real (per capita) em US\$	PIB/PIB real coeficiente
Brasil	786,466	163,7	4.804	6.480	1,35
Argentina	322,730	35,7	9.040	10.300	1,14
Uruguai	18,180	3,3	5.509	9.200	1,67
Paraguai	10,180	5,1	1.996	3.980	1,99
Mercosul	1.137,556	207,8	5.574	7.138	1,28

Fonte: BANCO MUNDIAL - BIRD (1998).

Ao se analisarem os dados do Quadro 14, percebe-se que o Brasil, em termos econômicos e populacionais, é o mais significativo do bloco, visto que representa 69,1% do PIB e 78,8% da população total do Mercosul, apesar de seu grau de pobreza ser maior, dado que sua renda per capita representava quase metade da Argentina, em 1997.

O período de maior destaque das exportações do Brasil em direção aos futuros parceiros do Mercosul ocorreu nos anos de 1990 a 1993, uma vez que o valor do saldo comercial passou de um saldo negativo de US\$ 999 milhões, em 1990, para um superávit de US\$ 2,008 milhões, em 1993.

Em 1993, as exportações brasileiras para o Mercosul alcançaram US\$ 5,386 milhões, o que representou cerca de 14,0% do total das exportações. Como em 1989 esse valor era de US\$ 1,4 milhão, houve aumento de 285,7% no período.

No período de 1990 a 1999, as exportações brasileiras para o Mercosul cresceram de US\$ 1,320 milhão, em 1990, para US\$ 6,777 milhões, em 1999, enquanto as importações subiram de US\$ 2,319 milhões, em 1990, para US\$ 6,718 milhões, em 1999 (Quadro 15).

Quadro 15 - Comércio brasileiro com países do Mercosul, em milhões de US\$, 1990 a 1999

Ano	Argentina		Paraguai		Uruguai		Mercosul		Saldo
	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	Exportação	Importação	
1990	645	1,399	380	332	294	587	1,320	2,319	-999
1991	1,476	1,614	496	219	337	434	2,309	2,268	40
1992	3,039	1,731	543	194	514	301	4,097	2,229	1,868
1993	3,658	2,717	952	275	775	385	5,386	3,378	2,008
1994	4,135	3,661	1,053	352	731	568	5,921	4,583	1,338
1995	4,041	5,591	1,300	514	811	737	6,153	6,843	-690
1996	5,170	6,805	1,324	552	810	943	7,305	8,301	-996
1997	6,767	7,941	1,406	517	869	967	9,043	9,426	-382
1998	6,748	8,034	1,249	351	880	1.042	8,879	9,427	-549
1999	5,363	5,812	744	259	669	646	6,777	6,718	58

Fonte: SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR - SECEX (2000).

Na fase inicial da integração, o Brasil obteve certa vantagem no comércio regional, já que passou de um déficit de cerca de US\$ 1 milhão, no ano anterior à assinatura do Tratado de Assunção, para um superávit de US\$ 1,868 milhão, em 1992. De 1990 a 1992, a porcentagem argentina da importação total brasileira aumentou de 3,4% para 8,4%, e a Argentina passou a importar, do Brasil, 22,5% do seu total de importações, contra os 10,2% anteriores, constituindo grande parcela do aumento das importações intra-Mercosul, de 15,9% para 26,3% (VELLOSO, 1995).

2.3. A agricultura brasileira na nova ordem econômica mundial

Conforme discutido anteriormente, os benefícios e os custos advindos de um processo de integração são, de maneira geral, distribuídos de forma heterogênea entre os vários agentes e setores envolvidos.

O setor agroindustrial brasileiro, devido às suas características específicas, tem sofrido um tratamento diferenciado nos processos de formação de blocos regionais de comércio.

Apesar de serem setores que apresentam vantagens comparativas significativas, a agropecuária e a agroindústria brasileiras têm sofrido com a ausência de políticas econômicas que visam explorar melhor seus potenciais de produção (MELO, 1992).

Após a política de liberalização de comércio exterior, a redução das tarifas de importação e a integração do País no Mercosul, o Brasil experimentou relativa reestruturação competitiva e crescimento maior do setor.

Segundo CONTINI e GONTIJO (1993), o novo modelo de economia aberta ao mercado externo deve ser baseado na concepção de uma economia com características de maior eficiência, produtividade, qualidade e competitividade. Com isso, a constituição dos blocos econômicos induz a um novo modelo de relações intra-setoriais, em que a competitividade, a qualidade e a produtividade são fatores-chaves na configuração do novo espaço econômico.

O modelo de auto-suficiência e exportação de excedente foi substituído pelo aumento da competitividade internacional, pelo aumento da produção e pela melhoria da qualidade e quantidade da oferta doméstica para o abastecimento interno e exportações (NAKANO, 1994).

Esse espaço de integração possibilita aos países participantes beneficiar-se da complementaridade no abastecimento de insumos e produtos para a agropecuária e da melhor utilização dos recursos naturais, dadas as potenciais vocações regionais.

O Brasil vem seguindo os princípios do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas), ao liberar as importações e exportações de produtos agrícolas e eliminar também quase todas as suas barreiras tarifárias e não-tarifárias (CONTINI e GONTIJO, 1993).

Segundo LEMOS e MORO (1995), apesar do significativo coeficiente de abertura e de uma tarifa externa comum média de 14%, bem abaixo dos 35% da maioria dos países signatários da Organização Mundial de Comércio, a participação do Mercosul nas exportações internacionais é baixa, em torno de 1,8% do total mundial.

O que se pode observar, após a formação do Mercosul, é que houve crescimento nas exportações do sistema agroalimentar; contudo, para LEMOS e MORO (1995), esse crescimento tem se dado com base no comércio intra-regional, fato que reduz a contribuição desse setor para uma mudança na estrutura das exportações regionais para terceiros países.

Com isto, a manutenção do perfil tradicional de comércio, após abertura e integração regional, reflete as dificuldades de países, como o Brasil, criar vantagens comparativas dinâmicas, possíveis a partir de uma reestruturação da pauta de exportações em direção a produtos de maior elasticidade-renda da demanda.

Dessa forma, a questão a ser discutida é até que ponto a inserção da economia brasileira no Mercosul está contribuindo para maior desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas ou apenas mantendo o volume de exportações dos produtos em que já apresentava vantagens comparativas.

A participação do Brasil nas exportações mundiais de produtos agrícolas pode ser visualizada no Quadro 16.

Quadro 16 - Participação do Brasil nas exportações mundiais de produtos agrícolas, em bilhões de US\$, 1975 a 1995

Anos	Exportações mundiais	Exportações brasileiras	%
1975	122.40	8.9	7,27
1980	232.50	9.4	4,04
1985	208.50	8.8	4,22
1990	326.60	8.6	2,63
1995	417.80	13.5	3,23

Fonte: FERREIRA (1998).

As estatísticas mostram que o Brasil vem enfrentando problemas relativos ao comércio internacional de produtos agrícolas, já que a participação relativa das exportações destes produtos passou de 7,2%, em 1975, para 3,2% do total mundial, em 1996 (Quadro 16).

3. PANORAMA MUNDIAL E BRASILEIRO DA CAFEICULTURA

A produção mundial de café está distribuída em grande número de países, principalmente entre as Américas, Ásia e África, e supera 100 milhões de sacas, e os principais produtores são Brasil, Colômbia, Indonésia, México, Guatemala, El Salvador, Costa Rica, Costa do Marfim, Etiópia, Uganda, Índia, Tailândia e Vietnã.

No período de 1970 a 1998, na América do Sul, região do mundo em que mais se produz café, somente o Brasil e a Colômbia produziram quase 40% do total mundial. No mesmo período, a produção africana permaneceu constante, enquanto em algumas regiões da América Central e do Caribe houve certo crescimento até o início dos anos 90 e posterior estabilidade.

O crescimento na produção dos países asiáticos foi expressivo, uma vez que a região alcançou taxas de crescimento em torno de 6% ao ano, nas décadas de 80 e 90, tendo o Vietnã passado de uma produção insignificante de 18 mil toneladas, nas décadas passadas, para 487 mil toneladas, no final da década de 90.

No tocante às exportações mundiais, o volume médio, no final da última década, foi de 4,8 milhões de toneladas, o que corresponde a 75% da produção mundial. Este volume, apesar de ter crescido apenas a uma taxa de 1,5% no período, apresenta crescimento contínuo.

O Brasil tem reduzido sua participação nas exportações mundiais, tanto em termos absolutos quanto relativos. No período de 1970 a 1974, enquanto as exportações brasileiras correspondiam a 28% do total mundial, no período de 1995 a 1998 teve participação reduzida para 18% (Quadro 17).

Quadro 17 - Café verde - exportações mundiais e dos principais países, em mil ton., 1970/1974 a 1995/1998

Países	1970/74	1975/79	1980/84	1985/89	1990/94	1995/98
Brasil	960	393	894	869	806	840
Colômbia	398	375	572	622	795	603
Costa Rica	76	80	97	104	101	104
El Salvador	131	147	149	125	135	125
Guatemala	109	132	130	168	193	227
Honduras	31	50	66	82	97	112
México	101	135	161	209	191	220
Etiópia	73	66	85	81	64	105
Índia	43	58	74	93	102	145
Indonésia	99	172	242	305	342	317
Vietnã	3	4	4	30	119	326
Tailândia	-	2	8	29	58	67
Mundo	3435	3423	3853	4275	4691	4708

Fonte: ZAMBOLIM (2000).

A Colômbia é o segundo produtor mundial e maior concorrente do Brasil, já que produz cerca de 10 milhões de sacas anuais, contra os mais de 27 milhões produzidos pelo Brasil. Entre os grandes produtores mundiais de café encontram-se também os países asiáticos, como a Indonésia e o Vietnã, que vêm conseguindo bons resultados no aumento da produtividade. O Vietnã, que conseguiu manter o ritmo de crescimento que vem alcançando nos últimos anos, tende a ultrapassar a produção colombiana.

As barreiras comerciais impostas ao café têm sido pequenas, se comparadas às dos demais produtos agrícolas, e têm sido impostas pelos países concorrentes em produção, visto que os países importadores não produzem este produto.

A história do mercado mundial do café sempre foi marcada pela sucessão de períodos de escassez de oferta, motivada, em geral, por problemas climáticos como seca e geadas, o que faz com que os preços disparem, e também por períodos de "super oferta", em resposta à elevação dos preços, seguidos de longos períodos de preços baixos.

O café é um produto agrícola que tem participado, sistematicamente, da pauta de exportação e o País tem ocupado, historicamente, a posição de maior produtor e exportador deste produto no mercado mundial.

Na segunda metade do século XIX, o comércio mundial cresceu em um ritmo sem precedentes na história, crescimento este que teve grande influência na economia dos países onde o desenvolvimento do capitalismo ainda era muito fraco, o que criou condições favoráveis a esse desenvolvimento (SILVA, 1985).

Especificamente no que se refere ao Brasil e, particularmente, à economia cafeeira, essas condições foram especialmente favoráveis, visto que as cotações internacionais estavam estagnadas ou em baixas desde 1822, apresentando altas somente a partir de 1850.

Devido à qualidade do solo, o café disseminou-se rapidamente pelo País, tornando-se o mais importante produto brasileiro. Em 1840, tornou-se o principal produto de exportação, reerguendo a economia brasileira em fatores de produção e geração de renda. No ano de 1898, ocorreu a primeira grande crise cafeeira, o que resultou na queda dos preços internos e externos.

Em 1926, a crise tornou-se intolerável, nascendo, assim, o convênio de Taubaté, cujo objetivo era valorizar o preço do café. Com a crise de 1929, surge outro caos na produção, o que causou a instituição do Conselho Nacional do Café, que visava ajustar a capacidade produtiva à demanda, mediante diversas imposições.

Mais tarde, na década de 70, devido aos estímulos governamentais, a produção nacional ganhou novo impulso; em 1989, surge a ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café), com vistas em melhorar a qualidade e a imagem do café brasileiro.

No início da década de 90, houve redução no desempenho da produção nacional, o que pode ser atribuído à conjuntura adversa do período. Em primeiro lugar, a queda vertiginosa dos preços internacionais reduziu, bruscamente, a lucratividade do segmento produtor. Posteriormente, em 1994, período em que os preços já estavam se recuperando, a produção enfrentou graves adversidades climáticas, o que reduziu a safra de 1995 para quase 16 milhões de sacas, 40% a menos do que a obtida no ano anterior.

Apesar de participar com cerca de 22% do mercado mundial, o Brasil conviveu, nos últimos anos, com queda nos preços, devido ao aumento da produção e à grande oferta externa. Em 1999, o País exportou 21 milhões de sacas de café, exportações que bateram recorde em volume, mas com faturamento relativamente menor à média obtida em anos anteriores. Esse aumento no volume exportado foi resultado da agressividade do Brasil na busca por mais espaço no mercado internacional, recuperando o mercado perdido nos últimos anos.

As exportações brasileiras de café verde atingiram 16.022.911 sacas em 2000, representando uma queda de cerca de 24% em relação ao ano anterior, quando foram embarcadas 21.060.854 sacas. A receita cambial obtida nesse mesmo ano, pela venda de café verde, ficou em US\$ 1,559 bilhão, valor também abaixo dos US\$ 2,220 bilhões registrados em 1999. Em 2000, o preço médio da saca foi de US\$ 87,42, representando quedas em torno de 8% em relação aos US\$ 105,44 registrados em 1999 (CEPAL, 2001; FEBEC, 2001).

Segundo REZENDE et al. (2000), os negócios brasileiros de café ainda representam mais de 5% do total das exportações do País, ocupam o segundo lugar na pauta de exportações e contribuem, favoravelmente, para o equilíbrio da balança comercial.

O consumo brasileiro atual é o segundo maior em volume total de sacas no mundo e vem crescendo ao longo dos anos (Quadro 18), sendo caracterizado pela utilização do café torrado e moído, segmento que detém valor acima de 95% do consumo total. Este crescimento do consumo interno está tornando o próprio País o maior comprador de sua produção. Em termos de consumo per capita, o Brasil ocupa posição intermediária, ficando abaixo dos países nórdicos (maior índice mundial) e dos europeus, próximo dos americanos e acima dos orientais.

Quadro 18 - Evolução do consumo interno de café no Brasil, 1965 a 1997

Ano	Habitantes (milhões)	Sacas (milhões)	Per capita (kg/ano)
1965	82,30	8,1	4,72
1975	107,10	6,9	3,09
1985	135,60	6,4	2,27
1990	145,00	8,2	2,71
1991	147,00	8,5	2,78
1992	149,00	8,9	2,87
1993	151,00	9,1	2,89
1994	153,00	9,3	2,92
1995	156,00	11,1	3,11
1996	158,00	11,0	3,34
1997	160,00	11,5	3,45
1998	161,90	12,2	3,62
1999	163,80	12,2	3,58
2000	165,70	12,2	3,53

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ - ABIC (2001) e FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO (2001).

O café é ainda importante fonte de renda e empregos no País, já que o sistema cafeeiro gera cerca de 3,5 milhões de empregos diretos e uma produção bruta de US\$ 1,5 bilhão. O segmento exportador proporciona uma receita que varia de US\$ 1,5 a 2,0 bilhões, com exportações médias de 18 milhões de sacas/ano (Quadro 19).

Quadro 19 - Indicadores do setor cafeeiro, Brasil, 1999 a 2000

Produção	32 milhões sacas 60 kg 80% arábica e 20% robusta
Área plantada	2,3 milhões hectares
Vendas	US\$ 4 bilhões
Exportação	20 milhões sacas
Consumo doméstico	12 milhões sacas
Indústrias	1.500 empresas ativas
Empregos	3,5 milhões de empregos diretos no campo

Fonte: CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ VERDE DO BRASIL - CECAFE (2001).

Atualmente, o Brasil exporta basicamente café verde e solúvel, e o verde representa um pouco mais de 90% do total exportado. A grande vantagem do Brasil em frente aos seus concorrentes reside no fato de o País produzir todas as qualidades de café, que são suficientes para atender a qualquer demanda. Os principais países importadores do café brasileiro são os Estados Unidos, a Alemanha, a Itália e o Japão.

Hoje, o setor é composto por, aproximadamente, 320.000 propriedades cafeeiras, que, em sua grande maioria, são formadas por pequenos produtores. A participação desse setor na pauta de exportações vem se reduzindo, já que, em 1925, representava 70% das exportações totais do País; no início dos anos 60, atingia 50%; e, atualmente, está na faixa de apenas 5%.

4. METODOLOGIA

4.1. Referencial teórico

Ao se analisarem as teorias de comércio internacional na literatura econômica, pode-se constatar que tanto as teorias tradicionais quanto as novas teorias têm como base o princípio das vantagens comparativas. Segundo a teoria clássica do comércio internacional, existia comércio entre as nações porque estas poderiam obter vantagens com as trocas.

Inicialmente, a teoria clássica foi desenvolvida por Adam Smith, em 1776, formulador da Teoria das Vantagens Absolutas, provavelmente a primeira teoria econômica que procurava demonstrar as vantagens do comércio internacional para as nações. Segundo SMITH (1983), cada país deveria especializar-se na produção daquele bem cuja produção possuísse vantagem absoluta. Haveria, então, aumento na produção de cada país, o que faria com que, devido ao aumento da produção total, o nível de consumo aumentasse. Este crescimento nas quantidades consumidas tornaria possível o surgimento de benefícios ou ganhos de comércio.

David Ricardo criticou a teoria elaborada por Smith, ao apresentar a Teoria das Vantagens Comparativas. Em síntese, para David Ricardo, o fluxo de comércio internacional seria explicado pelas diferenças relativas nos custos de

produção dos países envolvidos. Assim, uma economia teria vantagem comparativa para produzir um bem, se o custo de oportunidade para a produção deste bem, em termos de outros bens, fosse mais baixo do que em outras economias. Dessa forma, seria exportado o bem produzido a custos comparativos mais baixos e importado aquele que fosse produzido a custos maiores, em relação aos outros países (RICARDO, 1982).

Tanto a teoria de Smith quanto a de Ricardo apresentavam limitações, principalmente pelo fato de considerar apenas o trabalho como o único fator de produção. Tendo em vista que não se preocuparam em explicar a causa das diferenças na produtividade de cada país, surgiu, com o intuito de amenizar esta lacuna na teoria econômica, uma nova teoria de economia internacional, que apresentava uma explicação bastante razoável para os diferentes custos de produção de um mesmo bem em países diferentes, além de justificar as razões para o comércio entre os países e o surgimento dos ganhos de comércio.

Esta teoria foi desenvolvida por Heckscher-Ohlin, denominada de teoria da dotação relativa dos fatores, segundo a qual cada país deveria especializar-se e exportar o bem que requer utilização mais intensiva de seu fator de produção mais abundante (CARVALHO e SILVA, 2000).

Posteriormente, essa teoria foi aperfeiçoada, surgindo o teorema de Heckscher-Ohlin-Samuelson, que enunciava que o comércio de bens equaliza também a remuneração dos fatores de produção (KRUGMAN e OBSTFELD, 1999).

Por último, com a demonstração do teorema de Stolper-Samuelson, foi comprovado que o comércio beneficia o fator de produção abundante em detrimento do fator escasso de cada país e que o pleno emprego e a equalização dos preços dos fatores de produção garantem que o fator abundante se beneficie com o comércio.

Atualmente, a literatura econômica não considera que somente diferenças na dotação de fatores possam explicar o comércio entre os países. Em diversos estudos, afirma-se que o comércio internacional e, conseqüentemente, a

competitividade de um país são também afetados por um conjunto de variáveis, como taxa de câmbio, preços, custos dos fatores, produtividade, entre outros.

Segundo PINHEIRO (1999), entre as diversas variáveis que afetam a competitividade, estão duas que se destacam pela maior influência - a produtividade e a tecnologia.

A questão da produtividade, como parte integrante para se obter competitividade, é um fator que requer muita atenção, visto que é nesta variável que se encontra a chave para melhorar as possibilidades de competir com êxito nos mercados internos e externos.

Por outro lado, a tecnologia significa o estudo e a racionalização da produção, vinculados ao processo produtivo e a métodos que transformam os recursos em produtos finais. À medida que a tecnologia favorece e facilita a produtividade, automaticamente melhora a capacidade da empresa ou do país em competir e obter melhores condições no mercado.

Segundo PORTER (1993), a vantagem competitiva de uma nação pode ser atribuída a quatro fatores que modelam o ambiente no qual esta nação opera. Os quatro atributos são condições de fatores (disponibilidade de fatores, tais como mão-de-obra especializada e infra-estrutura); condições de demanda (natureza da demanda interna dos produtos ou serviços da indústria deste país); presença de indústrias correlatas ou de apoio nesta economia, as quais sejam competitivas internacionalmente; e, por último, estratégia, estrutura e rivalidade das empresas internamente. Assim, esses fatores, denominados por Porter como diamante do País, serão os principais determinantes da vantagem competitiva de uma nação.

Para COUTINHO e FERRAZ (1994), os fatores que condicionam o desempenho competitivo de uma nação podem ser subdivididos em fatores internos às empresas (estratégia e gestão, inovação e recursos humanos), estruturais (mercado, configuração da indústria e concorrência), pertinentes aos setores, e complexos industriais e de natureza sistêmica (macroeconômicos, internacionais, infra-estruturais, políticos e outros).

Outra abordagem bastante utilizada na análise da competitividade de um país é a formulada pelo Departamento de Estratégias de Desenvolvimento (DEESD), que afirma que este é um conceito multidimensional, visto que resulta de uma combinação de múltiplos fatores e não da ação de fatores isolados (DEPARTAMENTO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO - DEESD, 1991). Segundo esta teoria, a competitividade pode ser definida como a capacidade de desenvolver e sustentar vantagens competitivas que permitam enfrentar a concorrência, sendo condicionada por um conjunto de fatores internos e externos às empresas.

Surgem, assim, dois tipos de abordagens. A primeira, chamada *ex-post*, associa a competitividade a partir da atual posição da empresa ou do país nos mercados doméstico e internacional. A outra, que se refere à competitividade como a capacidade de longo prazo para competir, é a abordagem *ex-ante*. A principal diferença entre elas é que a primeira trabalha com indicadores, avaliando efeitos e resultados, enquanto a outra se preocupa com as causas (DEESD, 1991).

Uma discussão a respeito de competitividade pode ser realizada em diversos níveis de análises, tais como empresas, setores ou países. Para um país, está relacionada com a forma como os governos, as organizações públicas e privadas e as empresas conseguem coordenar seus esforços na busca do crescimento do nível médio da população. Implica, então, tomar decisões estratégicas certas, visando objetivos de *Market Share*, lucro e crescimento, dentre outros (Van Duren et al., 1994, citados por PINHEIRO, 1999).

FERREIRA (1998) afirmou que, dado o caráter sistêmico, a capacidade de competição externa de uma economia pode ser determinada pela conjugação de fatores, como tecnologia disponível, preços internos dos insumos, taxa de câmbio, incentivos e barreiras tarifárias dos países importadores.

Um dos mais recentes estudos que explicam a perda de competitividade da economia brasileira é o Custo Brasil⁴, modelo desenvolvido especificamente

⁴ Termo que pode ser entendido como um custo adicional ao padrão internacional de custos, associado a desvantagens peculiares ao ambiente brasileiro, provocadas pelas distorções de políticas, ineficiência pública e, ou, falhas de mercados.

para analisar a competitividade brasileira em relação ao resto do mundo. Segundo OLIVEIRA (1996), representa perda de competitividade das empresas nacionais que seriam comparáveis às concorrentes estrangeiras, mas que, pela influência de fatores sistêmicos, acabam perdendo espaço no mercado internacional.

O modelo teórico em que se baseia este trabalho está fundamentado nos conceitos econômicos de competitividade entre as nações e suas respectivas parcelas de mercado, dado que na economia atual há crescente preocupação com a questão da competitividade internacional.

Esta preocupação é devido às mudanças ocorridas no cenário econômico internacional nos últimos anos, mudanças estas que trouxeram à tona um novo padrão de concorrência e de vantagens competitivas, no qual a competitividade está sendo requerida cada vez mais, em virtude do processo de globalização da economia que intensificou o comércio internacional de produtos e serviços.

4.2. Referencial analítico

O modelo analítico utilizado neste estudo baseia-se no índice de intensidade de comércio, no índice de orientação regional, no índice de vantagens comparativas reveladas e no modelo de parcela constante de mercado, os quais permitem investigar quais foram os efeitos da formação do Mercosul sobre o desempenho das exportações brasileiras de café e analisar se o País apresenta vantagens comparativas e eficiência produtiva suficiente para competir com os demais concorrentes na produção e exportação do café.

Realiza-se uma análise da evolução das exportações de café intra-Mercosul e extrabloco, com vistas em caracterizar a estrutura do mercado internacional do café brasileiro e analisar as mudanças ocorridas na década de 90 e suas tendências recentes.

4.2.1. Índice de intensidade de comércio

Definido pela razão das exportações do país *i* para o país *j* e as exportações totais do país *i*, dividida pela razão das importações totais do país *j* e as importações mundiais. O índice de intensidade de comércio (I_{ij}) é definido por

$$I_{ij} = (X_{ij} \div X_i) \div (M_j \div M_w),$$

em que I_{ij} = índice de intensidade de comércio do país *i* para o país *j*; X_{ij} = exportações do país *i* para o país *j*; X_i = exportações totais do país *i*; M_j = importações do país *j*; M_w = importações totais mundiais.

Este índice pode mostrar a relativa importância das trocas no comércio entre os países, em relação a participações destes no comércio global (COSTA e WAQUIL, 1999). Quando computado em um único ponto no tempo, seu valor pode apresentar limitações. Porém, as variações no índice, em maiores períodos de tempo, podem mostrar se os países têm experimentado acréscimo ou decréscimo na tendência para o comércio entre eles (YEATS, 1997). Quanto maiores forem os valores positivos admitidos pelo índice, maiores serão as tendências de comércio bilateral entre os países.

Torna-se importante verificar se as mudanças na intensidade de comércio são devidas à maior eficiência produtiva e a vantagens comparativas. Para YEATS (1997), é relevante questionar se as trocas no comércio são consistentes com as vantagens comparativas existentes nos países e se o acréscimo do comércio intra-Mercosul foi evidenciado na habilidade para competir nos mercados onde os países teriam proteção pelos acordos de comércio preferencial. Uma forma de resposta a esses questionamentos seria determinar se o Mercosul também é eficiente na exportação, de forma crescente e contínua, para os mercados de terceiros países.

4.2.2. Índice de orientação regional das exportações brasileiras de café

Uma das maneiras de verificar a eficiência do Mercosul em exportar para terceiros países seria por meio da utilização do índice de orientação regional (R_j), que mede as exportações do bloco econômico para o produto j e pode ser definido como

$$R_j = [(X_{rj} \div X_{tr}) \div (X_{oj} \div X_{to})] \times 100,$$

em que R_j = índice de orientação regional do produto j ; X_{rj} = valor das exportações do produto j no comércio intrazona; X_{tr} = valor das exportações totais no comércio intrazona; X_{oj} = valor das exportações do produto j no comércio extrazona; X_{to} = valor das exportações totais no comércio extrazona.

O índice mostra a razão entre a parcela da produção destinada às exportações para o Mercosul e a parcela da produção destinada às exportações para terceiros países (COSTA e WAQUIL, 1999). Se os valores calculados dos índices forem altos, maior será a intensidade de comércio entre os países componentes do bloco e, conseqüentemente, haverá reorientação das exportações do país em direção aos demais parceiros comerciais.

4.2.3. Índice de vantagem comparativa revelada

Inicialmente proposto por Balassa (1965), citado por PONCIANO (1995), esse indicador é utilizado na determinação de setores sobre os quais um país possui vantagem comparativa. É um indicador que trata de medidas *ex-post*, visto que revela a evolução do poder de competitividade de cada setor.

O indicador de Vantagem Comparativa Revelada (C_j), utilizado pelo INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA (1992), é definido como o coeficiente que relaciona a participação do setor, mediante uma análise do total de exportações do país, com a dos demais.

Segundo YEATS (1997), tal indicador é definido pela seguinte fórmula:

$$C_j = [(X_{oj} \div X_{to}) \div (X_{wj}^* \div X_w^*)] \times 100,$$

em que C_j = índice de vantagem comparativa revelada; X_{oj} = valor das exportações do produto j pelo país a , no comércio extrazona; X_{to} = valor das exportações totais no comércio extrazona; X_{wj}^* = valor das exportações totais mundiais do produto j , excluídas as exportações intrazona; X_w^* = valor das exportações totais mundiais, excluído o comércio intrazona.

O mercado regional é excluído em face à necessidade de se observar, com maior precisão, a capacidade dos membros do Mercosul de competir, igualmente, nos mercados onde os acordos discriminatórios de comércio não fornecem proteção artificial.

O país apresentará vantagem comparativa na exportação do produto em questão se o valor do índice for positivo, e terá desvantagem se o valor do índice for negativo. Este indicador pode ser calculado para cada produto e subperíodo, de forma que caracterize, além do padrão da atual vantagem comparativa do país, sua evolução no tempo (CARVALHO, 1995).

4.2.4. Modelo de participação constante de mercado (*Constant Market Share Analysis*)

Neste tipo de análise, a taxa de crescimento das exportações é decomposta em fatores estruturais e em fator competitividade, que é determinado por resíduo. O modelo consiste na explicação do crescimento das exportações de um país em três efeitos: crescimento do comércio mundial, destino das exportações (concentração favorável ou desfavorável das exportações em mercados e produtos de rápido ou lento crescimento) e competitividade, resultante de ganhos ou perdas de participação nos diversos mercados por parte do produto.

O modelo aplicado ao café pode ser definido por

$$\Sigma_J (V'_J - V_J) = \underbrace{\Sigma(rV_j)}_{(i)} + \underbrace{\Sigma_J (r_j - r)V_J}_{(ii)} + \underbrace{\Sigma_J (V'_J - V_J - r_j V_J)}_{(iii)},$$

em que V'_j = valor das exportações de café do país em foco para o mercado j , no período 2; V_j = valor das exportações de café do país em foco para o mercado j , no período 1; $(V'_j - V_j)$ = crescimento efetivo do valor das exportações de café do país em foco para o mercado j ; r = porcentagem de crescimento do valor das exportações mundiais de café, do período 1 para o período 2; r_j = porcentagem de crescimento do valor das exportações mundiais de café para o país j , do período 1 para o período 2; n = número de mercados.

O lado direito da equação representa os seguintes efeitos:

(i) Efeito crescimento do comércio mundial = $\sum_{j=1}^n rV_j$

É o efeito de crescimento do comércio mundial de café, isto é, o incremento das exportações do país devido ao aumento geral do comércio. Representa a porcentagem de crescimento observada se as exportações do país tivessem crescido à mesma taxa do comércio internacional.

(ii) Efeito destino das exportações = $\sum_{j=1}^n r_j V_j - \sum_{j=1}^n r V_j$

É o efeito do destino das exportações e representa os ganhos ou perdas da porcentagem de crescimento devido ao fato de o país exportar para mercados que cresceram a taxas superiores ou inferiores à média observada em todos os países. Mostra os ganhos ou as perdas decorrentes da venda do produto para mercados externos mais ou menos dinâmicos.

(iii) Efeito competitividade = $\sum_{j=1}^n V'_j - \sum_{j=1}^n V_j - \sum_{j=1}^n r_j \cdot V_j$

É o efeito de contribuição ou resíduo, também chamado de efeito competitividade. Representa a porcentagem de crescimento dos ganhos ou perdas

de participação do produto nos diferentes mercados, devido aos ganhos ou às perdas de competitividade, seja em termos de preços e, ou, custos, seja em virtude de melhorias na qualidade do produto e, ou, nas condições de financiamento.

4.3. Fonte de dados

Os dados utilizados são anuais e compreendem dois subperíodos; o anterior à formação do bloco econômico, que vai de 1990 a 1994, e o posterior à formação do Mercosul, de 1995 a 2000, obtidos da Secretaria de Comércio Exterior, Banco Central do Brasil, Fundação Getúlio Vargas e Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Foram também utilizadas estatísticas do Anuário Estatístico do Café, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), do Ministério da Agricultura e da Federação Brasileira de Exportadores de Café (FEBEC).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresentam-se os resultados e as discussões do índice de intensidade de comércio, índice de orientação regional, índice de vantagem comparativa revelada e modelo de parcela constante de mercado. Esses indicadores são utilizados na análise da relação entre as exportações brasileiras e os períodos pré e pós-Mercosul.

5.1. Índice de intensidade de comércio

No contexto deste trabalho, o índice de intensidade de comércio de café entre o Brasil e a Argentina apresenta-se como uma das medidas para a análise dos efeitos da implementação do Mercosul sobre as exportações brasileiras de café.

Os valores obtidos pelo índice podem fornecer informação adicional sobre a natureza e sobre a importância das trocas nos fluxos bilaterais de comércio entre o Brasil e a Argentina. O índice refere-se à tendência de os dois países comercializarem entre si e demonstra a relativa importância das trocas no comércio entre eles, em relação a suas participações nas exportações e importações mundiais. Os valores do índice de intensidade acima (abaixo) da unidade demonstram que os países têm forte (fraco) comércio bilateral, o que se

poderia esperar tomando por base a participação destes no comércio mundial. Quanto maiores foram os valores positivos obtidos do índice, maior será a tendência de comércio entre os países.

No cálculo do índice foi utilizada uma série histórica de dados que engloba o período de 1990 a 2000, referentes a: a) valor das exportações de café do Brasil para a Argentina; b) valor das exportações totais de café do Brasil; c) valor das importações totais de café da Argentina; e d) valor das importações mundiais de café.

No período de análise avalia-se o comportamento do comércio entre os dois países, Brasil e Argentina, antes da implementação do acordo comercial (Mercosul) e durante vigência destes, com o intuito de captar a expansão de comércio intrabloco.

Ao se analisarem os valores apresentados no Quadro 20, observa-se que esses foram maiores que a unidade, o que indica forte intensidade de comércio de café entre o Brasil e a Argentina. O início da década de 90, com exceção do ano de 1990, caracterizou-se como um período de maior intensidade de comércio entre os países, visto que o ano de 1992 apresentou um valor do índice de 16,98 (231,7%), maior do que o obtido em 1990.

Ocorreram quedas nos valores obtidos pelo indicador, nos anos de 1995 a 1998, as quais podem ser atribuídas a problemas relativos à própria produção e às exportações brasileiras, principalmente a redução da produção devido à erradicação da lavoura, decorrente da queda nos preços e das geadas ocorridas em 1994, que dizimaram grande parte da produção nacional.

A retração nos valores apresentados pelo índice, nos anos de 1995 a 1998, coincide também com o período de valorização cambial do Plano Real. Nestes anos, o índice caiu de 10,55, em 1994, para 8,00, em 1995, tendência mantida até o ano de 1998. Seu valor somente retomou os níveis anteriores em 1999, voltando a ser de 10,15, período em que houve a desvalorização do câmbio, o que mostrou que, quando o câmbio era valorizado, tornava-se mais difícil exportar o café.

Quadro 20 - Índice de intensidade de comércio, Brasil-Argentina, 1990 a 2000

	Ano	IIC
Pré-Mercosul	1990	5,12
	1991	10,15
	1992	16,98
	1993	13,55
	1994	10,55
Pós-Mercosul	1995	8,00
	1996	8,33
	1997	8,51
	1998	8,74
	1999	10,15
	2000	10,29

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

O comportamento da intensidade de comércio, ao longo do período observado, pôde também ser analisado mediante a decomposição de seus componentes X_j/X_i e M_j/M_w . O primeiro componente mostra a importância do mercado argentino para as exportações brasileiras. Por sua vez, o outro componente representa a participação relativa das importações argentinas nas importações mundiais. No ano de 1990, o mercado argentino era responsável por 2,75% das exportações brasileiras de café e por 0,21% das importações mundiais de café, enquanto no ano de 1992, período em que houve maior índice de intensidade, a participação das exportações brasileiras aumentou para 5,15%, enquanto a participação nas importações mundiais reduziu para 0,15%.

É possível inferir, portanto, que a redução da demanda importadora argentina foi superior aos acréscimos observados na demanda importadora mundial e nos acréscimos das exportações brasileiras de café.

Quando se comparam os dois anos, 1990 e 1992, observa-se maior participação do café brasileiro no mercado argentino, ou seja, o *market share* passou de 4,01%, em 1990, para 6,14%, em 1992.

Em síntese, pode-se dizer, pela análise do índice de intensidade do comércio, ao longo do período estudado, que não ocorreram mudanças significativas no comércio bilateral de café entre o Brasil e a Argentina, após a implementação do Mercosul, em 1995. Os quatro primeiros anos apresentaram crescimento do fluxo de comércio de café, entre os dois países. Posteriormente, ou seja, após o ano de 1994, houve redução na intensidade desse fluxo, que atingiu, em 1998, um índice de 8,74 (48,5%), menor que o maior índice alcançado no período. Já os anos de 1999 e 2000 voltaram a apresentar crescimento no fluxo de comércio de café, entre Brasil e Argentina.

5.2. Índice de orientação regional das exportações brasileiras de café

A partir do índice de orientação regional, é possível verificar se ocorreu reorientação das exportações brasileiras de café em direção ao Mercosul. A orientação regional de mercado, como já apontado anteriormente, é determinada por fatores como vantagens comparativas, custos de transportes, barreiras tarifárias e outras formas que possam impedir ou dificultar o comércio em mercados alternativos.

No cálculo do índice de orientação regional foram utilizadas as seguintes variáveis: a) valor das exportações brasileiras de café no comércio intrazona; b) valor das exportações totais no comércio intrazona; c) valor das exportações brasileiras de café no comércio extrazona; e d) valor das exportações totais no comércio extrazona.

O índice de orientação regional das exportações brasileiras de café indica a razão da produção brasileira de café destinada ao Mercosul, em relação à parcela destinada a terceiros mercados.

Os resultados obtidos, visualizados no Quadro 21, demonstram que o café não experimentou uma reorientação de mercado no período pós-assinatura

do tratado, acordo esse que visava consolidar uma união aduaneira e uma área de livre mercado, o Mercosul.

Quadro 21 - Índice de orientação regional das exportações brasileiras de café para o Mercosul, 1990 a 2000

	Ano	IOR
Pré-Mercosul	1990	27,49
	1991	17,24
	1992	23,70
	1993	16,02
	1994	8,01
Pós-Mercosul	1995	8,37
	1996	8,81
	1997	6,00
	1998	5,93
	1999	11,79
	2000	17,08

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

Neste período, os valores do índice demonstraram que as exportações brasileiras de café tendiam em direção ao comércio intrabloco. O maior valor do índice alcançado foi em 1990, 27,49. Nos anos seguintes, pôde-se constatar redução paulatina desse índices até o ano de 1993, tendo o índice de orientação regional apresentado valor médio de 21,11, no período de 1990 a 1993.

A valorização cambial ocorrida durante o Plano Real, em 1994, pode ter influenciado o direcionamento das exportações brasileiras, fazendo com que os valores do índice se reduzissem, bruscamente, nos anos de 1994 a 1998, voltando somente a apresentar indícios de alta nas orientações regionais das exportações

brasileiras após a desvalorização do Real, tendo os valores do índice voltado a crescer em 1999 e em 2000, anos em que atingiu 11,79 e 17,08, respectivamente.

A orientação regional das exportações é devida às vantagens comparativas apresentadas pelo país ou aos benefícios obtidos pelo acordo. A comparação entre o índice de orientação regional e o índice de vantagens comparativas reveladas possibilita avaliar se o alcance das distorções nas exportações entre os países é consistente com suas vantagens comparativas.

5.3. Índice de vantagem comparativa revelada

Os resultados do indicador de vantagem comparativa revelada, apresentados no Quadro 22, para as exportações brasileiras de café, na série que compreende o período de 1990 a 2000, quantificam o peso relativo das exportações do café na pauta de exportações brasileiras, em relação à demanda mundial.

Este indicador demonstra que o País tem capacidade para competir, igualmente, nos mercados onde não existam proteções e acordos discriminatórios de comércio. Valor do índice maior do que a unidade significa que o País apresenta vantagem comparativa na exportação do produto.

Na estimativa desse índice foram utilizadas as seguintes variáveis: a) valor das exportações de café do Brasil no comércio extrazona; b) valor das exportações totais do Brasil no comércio extrazona; c) valor das exportações totais mundiais de café, excluídas as exportações intrazona; d) valor das exportações totais mundiais, excluídas as exportações totais brasileiras no comércio intrazona.

A primeira constatação que se pode inferir é que os valores do índice de vantagens comparativas das exportações brasileiras de café foram positivos. Este fato significa que o café do Brasil é competitivo, quando se trata de terceiros mercados, ou seja, os valores obtidos do índice indicam que o café brasileiro tem condições de competir também nos mercados que não assinaram acordos preferenciais de comércio.

Quadro 22 - Índice de vantagem comparativa revelada para o café brasileiro, 1990 a 2000

	Ano	VCR
Pré-Mercosul	1990	2,10
	1991	3,32
	1992	2,78
	1993	2,50
	1994	3,41
Pós-Mercosul	1995	3,51
	1996	2,85
	1997	4,48
	1998	3,59
	1999	3,09
	2000	2,15

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

O valor do índice de vantagem comparativa, apresentado pelo café, indica que este produto, tradicionalmente exportado pelo Brasil, mantém importância relativa na pauta de exportações e alta capacidade de competitividade no mercado externo.

Uma análise evolutiva, entretanto, indica alguns aspectos importantes, como a instabilidade do indicador ao longo do período considerado. Esta instabilidade apresentada pelo índice reflete os vários momentos de incerteza e as dificuldades pelas quais passou a economia brasileira e, especificamente, a cafeicultura nacional, devido a quedas nos preços internacionais, pragas, geadas e competição externa, fatores que levaram o País a perder parcela de seu mercado externo.

Na década de 90, o setor cafeeiro viveu dois momentos bastante diversos; o primeiro de 1990 a 1993, no qual os preços do café ficaram tão baixos que desestimularam a produção, e o índice de vantagem comparativa

apresentou valor médio de 2,7; o segundo a partir de 1994, quando ocorreu expressivo aumento no preço do café, decorrente da redução da oferta devida à geadas e ao período de estiagem que ocorreu no País. Isto ocasionou aumento de preços, o que estimulou a atividade cafeeira, ressurgindo novos tipos de plantios e melhorias tecnológicas, fatores que trouxeram, como consequência, aumento de produtividade. Com isso, o valor do índice de vantagem comparativa aumentou, superando a média do período anterior e chegando a alcançar 4,48, em 1997.

Os valores do índice de vantagem comparativa revelada, a partir de 1994, traduzem, ainda, a ação positiva do governo brasileiro no incentivo à produção, mediante incentivos fiscais, financiamentos e melhorias no padrão tecnológico, o que fez com que houvesse aumento na produtividade e recuperação do poder de competição, decrescente no início da década de 90.

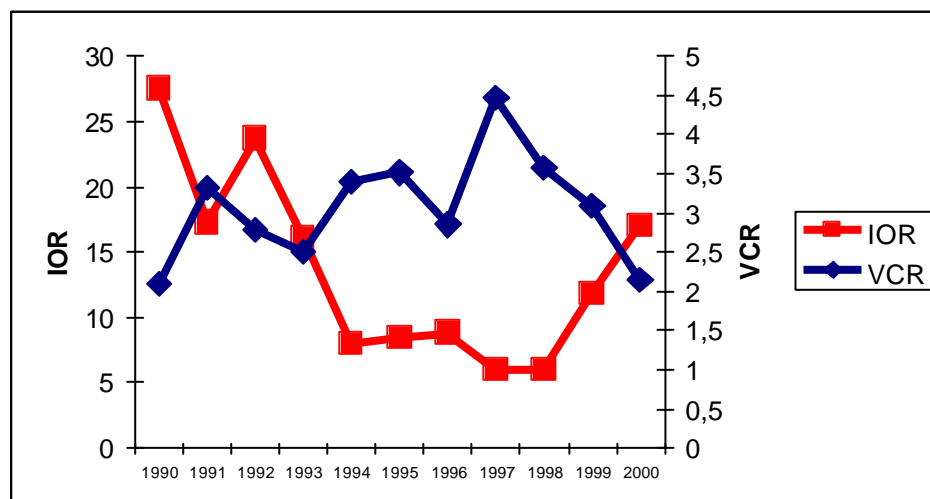
Tais resultados sugerem que o Brasil possui ainda poder de competição internacional nas exportações de café e indicam a existência de espaços potenciais para o crescimento de suas exportações. Mas, apesar de apresentar vantagem comparativa no mercado internacional entre os países produtores de café, existem evidências de que, para competir neste mercado cada vez mais globalizado, o Brasil necessita de formas organizacionais mais eficientes e sistemas coordenados de atuação. A competitividade advém não-somente da vantagem comparativa e dos preços, mas também de estratégias efetivas, como promoção, publicidade, sólidas relações comerciais, métodos de condução de mercado e marketing mais agressivo.

Ao se analisarem, conjuntamente, os valores dos índices de vantagem comparativa revelada e de orientações regionais das exportações brasileiras de café, percebe-se que as vantagens comparativas do produto, apresentadas pelo Brasil, não se traduziram em maiores orientações regionais das exportações (Figura 3).

Com relação ao índice de orientações regionais, no período pré-assinatura (1990 a 1994) e efetivo início do acordo (1995), o comportamento oscilante do índice demonstra que as exportações brasileiras de café já tendiam em direção ao bloco em criação, dados os altos valores apresentados.

A formação do Mercosul parece não ter influenciado, significativamente, a orientação regional desse mercado, visto que os países já comercializavam, com alguma intensidade, o produto entre si. A questão foi então verificar se essa orientação regional no mercado de café ocorria em razão de vantagens comparativas, reveladas pelos países membros, ou devido a vantagens obtidas da formação do bloco econômico.

A comparação entre os índices de vantagens comparativas e orientações regionais fornece alguma indicação sobre a consistência das exportações entre os países com vantagens comparativas. Assim, ao comparar os dois índices (Figura 3), verifica-se que o fluxo de comércio de café entre o Brasil e o Mercosul tem ocorrido pela competência do Brasil em competir em mercados extrabloco, evidenciada pelos valores do índice de vantagens comparativas obtidos na pesquisa (Quadro 22). Tem-se, com isso, que o fluxo de comércio intrabloco não está assentado no deslocamento de mercado de fora do bloco, mas nas vantagens comparativas reveladas apresentadas pela economia brasileira na produção de café.



Fonte: Dados da pesquisa

Figura 3 - Índice de vantagem comparativa revelada (VCR) e índice de orientação regional (IOR), café, Brasil e Mercosul, 1990 a 2000.

No Mercosul, a Argentina é o principal importador de café brasileiro. Na análise de intensidade de comércio, observa-se que, na fase inicial da formação do bloco, existia forte intensidade no comércio de café, comprovada pelos dados apresentados no Quadro 20. Após a implementação do Mercosul, o volume de comércio entre os dois países iniciou um processo de desaceleração no ritmo de intensidade, o que indicou que não houve direcionamento de comércio. Esse comportamento pode ser explicado, em parte, pelo próprio Plano Real, dada a conseqüente valorização da moeda brasileira e, também, dadas as próprias crises argentinas.

Os resultados obtidos são consistentes com aqueles apontados por YEATS (1997), segundo o qual o comércio intra-Mercosul não ocorreu com aqueles produtos sobre os quais os países membros tinham vantagem comparativa, em relação a terceiros países. Considerando-se os três indicadores, pode-se concluir que a influência do Mercosul no mercado brasileiro de café não caracterizou um fenômeno de grande impacto, de forma que consolidasse uma tendência deferente da que já vinha sendo seguida pelo mercado brasileiro exportador de café.

5.4. Modelo de participação constante de mercado (*Constant Market Share Analysis*)

O desempenho do setor exportador brasileiro de café, em relação às exportações mundiais, foi avaliado por meio de uma análise de tipo *Constant Market Share* (CMS). Esse modelo utiliza um conceito *ex-post* e analisa o poder de competitividade dos países em relação ao mercado externo, em que o crescimento é decomposto em três efeitos, quais sejam, efeito comércio mundial, efeito destino das exportações e efeito competitividade. Pressupõe-se, neste modelo, que o País em análise mantenha constante sua parcela no comércio mundial e que o efeito competitividade seja dado pela diferença do crescimento das exportações implícita no modelo e seu efetivo desempenho.

Foram fixados três períodos de análise, uma vez que a aplicação do modelo é realizada entre dois pontos discretos no tempo, a saber:

- De 1990 a 2000, período global de análise, que compreende o ano inicial da abertura econômica no Brasil e a assinatura do tratado de Assunção, que criou o Mercosul (1991), e vai até o ano de 2000;
- De 1990 a 1994, primeiro subperíodo de análise, que engloba o período da assinatura do tratado de Assunção (1991) e o Plano Real (1994), considerado, na pesquisa, como pré-Mercosul;
- De 1995 a 2000, período pós-implantação do Mercosul e do Plano Real.

5.4.1. Período de 1990 a 2000

O Quadro 23 apresenta os resultados do modelo CMS, no período de 1990 a 2000, em que o desempenho das exportações brasileiras de café foi decomposto nos efeitos comércio internacional, destino das exportações e competitividade. Observa-se uma variação positiva nas exportações brasileiras de café, o que indica acréscimos no valor das exportações na década de 90, de 13,81%. No entanto, o País apresentou taxa anual média de crescimento (1,30%) menor que a das exportações mundiais (3,98%) (Quadro 23).

De acordo com o padrão de crescimento das exportações brasileiras de café visualizado na Tabela 23, o Brasil não conseguiu manter o mesmo nível de participação no mercado mundial, o que determinou um efeito competitividade negativo, - 223,12%. Esse resultado mostra que, caso o Brasil tivesse mantido sua participação no comércio mundial, as exportações brasileiras teriam sido 223,12% superiores à observada.

Constata-se que o crescimento efetivo das exportações brasileiras de café deve-se ao efeito crescimento do comércio mundial, o que retrata forte associação do desempenho das exportações brasileiras de café com o dinamismo do comércio internacional. A contribuição do efeito comércio internacional, de 337,44%, sugere que, caso as exportações brasileiras de café tivessem crescido à mesma taxa percentual do comércio mundial, elas deveriam ter sido 237,44%

superiores às observadas. Esse crescimento é devido a um fenômeno de natureza exógena, que é o crescimento da demanda externa, resultante do aumento da renda dos países consumidores.

Quadro 23 - Taxas de crescimento das exportações brasileiras e mundiais e fontes de crescimento das exportações brasileiras de café, em mil US\$, 1990 a 2000

	Exportações	Crescimento (%)
Exportações brasileiras de café em 2000	1.643.391	
Exportações brasileiras de café em 1990	1.444.037	
Crescimento efetivo	199.354	100,00
1. Fontes de crescimento		
Efeito do comércio mundial	672.702	337,44
Efeito destino das exportações	-28.546	-14,32
Efeito competitividade	-444.802	-223,12
2. Taxa de crescimento*		
Exportações brasileiras		1,30
Exportações mundiais		3,98

Fonte: Resultados da pesquisa.

* Taxa anual média.

O efeito destino das exportações, por sua vez, apresentou-se negativo (-14,32%), o que indica perda de participação do café brasileiro no mercado dos países de destino das exportações brasileiras. Essa perda de participação pode estar relacionada com a perda de imagem do café brasileiro, que, apesar de o País possuir a vantagem de ter uma rede comercial montada que lida com grandes quantidades, ainda atua com o rótulo de vender defeitos no café. Compete ao segmento exportador resgatar a imagem do produto no mercado externo, de

forma a conquistar as parcelas perdidas nos tradicionais mercados importadores e conquistar novas fatias de mercado, com vistas em oferecer cafés em quantidade e com qualidade.

Ao se analisar o desempenho das exportações brasileiras de café ao longo da década de 90, verifica-se que após o rompimento do Acordo Internacional do Café, a extinção do Instituto Brasileiro de Café, a abertura econômica, a entrada do Brasil no bloco econômico do Mercosul e a implementação do Plano Real, o País reduziu sua participação no mercado internacional de café, em volume exportado e em parcela de mercado, devido à perda de competitividade.

Os valores obtidos na pesquisa são coerentes com o estudo apresentado por CAIXETA et al. (2000), que confirmaram o declínio da participação brasileira no mercado mundial e atribuíram este fato às políticas de sustentação de preço mantidas pelo governo brasileiro, que estimularam os países concorrentes a expandirem suas áreas plantadas e levaram o Brasil a perder competitividade.

Apesar de o Mercosul ter absorvido pequena parcela das exportações brasileiras de café, os principais compradores internacionais do café brasileiro reduziram suas compras ao longo da década, anulando o pequeno efeito Mercosul. Os Estados Unidos, maiores importadores mundiais de café, reduziram o consumo na década de 90, tendo o café Arábica brasileiro apresentado decréscimo de participação.

Apesar do surgimento de novos parceiros comerciais, o grande problema do Brasil, no tocante ao aumento e à recuperação de sua antiga parcela de mercado externo, é causado pelos demais países concorrentes na produção e exportação de café, os quais vêm aumentando, de forma contínua e gradativa, suas participações no comércio internacional do produto.

A perda de competitividade do café brasileiro pode estar associada à restrição da oferta, decorrente de geadas; ao endividamento em geral do setor; à baixa capacidade de coordenação de seus agentes, para se adequarem ao novo padrão competitivo do mercado; e essa perda está refletida nas estatísticas que

indicam declínio ou estagnação do consumo de café commodity tanto no mercado norte-americano como no europeu, maiores compradores do Brasil. Ao mesmo tempo, constata-se o crescimento da demanda de cafés especiais, à qual o Brasil apresenta dificuldades em atender, mesmo dispondo de um parque cafeeiro complexo e diversificado, dificuldade que pode estar associada a conflitos que permeiam as transações do sistema agroindustrial de café.

Ao longo da década de 90, observaram-se mudanças na distribuição do mercado mundial, tendo em vista o aumento de participação dos países da Ásia, África, América Central e do Norte e o decréscimo da participação dos países da América do Sul na oferta total de café. Somente os países asiáticos passaram de 14,7% das exportações mundiais para 20,3%, já que o volume exportado cresceu a uma taxa de 31,8%, no período (CAIXETA et al., 2000).

Na América do Sul, a Colômbia foi a única que investiu, de forma contínua, em marketing, tendo o governo direcionado uma política de subsídios aos produtores, mantendo-os, assim, protegidos da concorrência internacional.

Em síntese, as exportações brasileiras de café cresceram à taxa média anual inferior à das exportações mundiais de café, e é pelo crescimento do mercado mundial que se explica o crescimento das exportações brasileiras de café.

5.4.2. Período de 1990 a 1994

No período de 1990 a 1994, antes da efetiva assinatura e implementação do Mercosul e logo após a abertura de mercado, houve aumento na participação do Brasil no mercado internacional de café. Conforme valores descritos no Quadro 24, o País apresentou aumento efetivo de 61,70% em suas exportações de café, ao conseguir aumentar sua receita de exportação em US\$ 896.305.000. A taxa anual média de crescimento das exportações brasileiras de café (12,80%) foi maior que a das exportações mundiais (4,53%), ou seja, apresentou o triplo do crescimento ocorrido no mercado mundial.

De forma similar ao período de análise, 1990 a 2000, o Brasil não conseguiu manter o mesmo nível de participação das exportações de café no mercado mundial, o que resultou em efeito competitividade negativo, -84,91%. De acordo com este resultado, caso o Brasil tivesse mantido a mesma participação em todos os mercados, as suas exportações teriam sido 84,91% superiores à observada.

Quadro 24 - Taxas de crescimento das exportações brasileiras e mundiais e fontes de crescimento das exportações brasileiras de café, em mil US\$, 1990 a 1994

	Exportações	Crescimento (%)
Exportações brasileiras de café em 1994	2.340.342	
Exportações brasileiras de café em 1990	1.444.037	
Crescimento efetivo	896.305	100,00
1. Fontes de crescimento		
Efeito do comércio mundial	1.623.098	181,09
Efeito destino das exportações	34.233	3,82
Efeito competitividade	-761.026	-84,91
2. Taxa de crescimento*		
Exportações brasileiras		12,80
Exportações mundiais		4,53

Fonte: Resultados da pesquisa.

* Taxa anual média.

O crescimento efetivo das exportações brasileiras, nos anos de 1990 a 1994, pode ser atribuído ao crescimento do comércio mundial, já que este apresentou valor positivo de 181,09%, ou seja, caso as exportações brasileiras tivessem crescido à mesma taxa percentual do comércio mundial, elas deveriam

ter sido 81,09% maiores do que às observadas. O efeito destino das exportações, por sua vez, cresceu somente 3,82%, o que mostra a reduzida participação no acréscimo das exportações. O efeito crescimento das exportações teve contribuição maior para aumentar a taxa de crescimento das exportações brasileiras de café, em comparação ao efeito destino das exportações.

Segundo CAIXETA et al. (2000), apesar de ter abandonado e erradicado cerca de 1 milhão de ha, de 1990 a 1993, o Brasil apresentou decréscimo de área produzida e obteve aumento de produção, decorrente do aumento de produtividade, cujo crescimento foi expressivo nessa década.

Embora a perda de participação do Brasil no mercado internacional esteja relacionada, principalmente, com problemas de concorrência, a manutenção ou a expansão do *Market-Share* do País depende ainda de uma ação de conquista do mercado consumidor internacional. A queda dos preços praticados no mercado internacional, de 1990 a 1993, desestimulou a produção, levando o Brasil a perder parte de sua fatia do mercado externo. Esta perda foi também associada à questão do endividamento do setor, que vinha sofrendo dificuldades no pagamento e no refinanciamento de dívidas contraídas anteriormente, prejudicando, com isto, novos investimentos nas lavouras.

Um fator importante na explicação da perda resultante do efeito destino das exportações pode ser creditado ao crescimento da concorrência internacional, principalmente dos países asiáticos, que aumentaram, de forma cada vez mais crescente, seus níveis de produção. Países como Indonésia, Vietnã, Índia e Tailândia apresentaram taxa de crescimento médio total, nas exportações mundiais de café verde, de 5,79%, de 1990 a 1998, tendo somente o Vietnã crescido 24,97% (CAIXETA et al., 2000).

A perda da qualidade do café brasileiro, juntamente com a fraca sinalização para o consumidor final da qualidade do café, a baixa disponibilidade do produto a ser ofertado, seja devido aos problemas relativos à produção, seja devido aos problemas oriundos do aumento do consumo interno, e os aumentos nos custos de produção foram fatores que fizeram com que o setor exportador brasileiro de café, embora apresentasse taxa de crescimento positiva em suas

exportações, perdesse mercado, em decorrência do efeito competitividade, que apresentou crescimento negativo de 84,91%, e do efeito destino das exportações, que apresentou crescimento de apenas 3,82%, indicando reduzido ganho de participação do café brasileiro no mercado dos países de destino das exportações brasileiras (Quadro 24).

Em resumo, as exportações brasileiras de café, no período de 1990 a 1994, cresceram a uma taxa média anual superior àquela das exportações mundiais de café, e é pelo efeito crescimento do comércio mundial que se explica o expressivo crescimento das exportações neste período, visto que o efeito destino das exportações pouco contribuiu para esse crescimento.

5.4.3. Período de 1995 a 2000

Este período representou uma mudança profunda na economia brasileira, principalmente devido ao Plano Real e à entrada efetiva em vigor do Mercosul, com o surgimento dos efeitos da abertura e integração de mercado. Ressalta-se que, neste período, foi registrada redução nas exportações brasileiras de café, que apresentaram variação negativa de -22,66% (Quadro 25).

Neste período, a taxa anual média de crescimento das exportações mundiais foi positiva, 3,36%, enquanto a taxa anual média das exportações brasileiras de café foi negativa, -5,01%.

Constata-se que, no período de 1995 a 2000, o decréscimo efetivo das exportações brasileiras de café deveu-se, basicamente, ao efeito comércio mundial, em que este apresentou um valor de 136,79%, o que significa que, caso as exportações brasileiras de café tivessem crescido à mesma taxa percentual do comércio mundial, ela deveria ter sido 36,79% inferior às observadas. O efeito destino das exportações foi de 20,37%, o que significa que, da redução efetivamente observada, 20,37% pode ser atribuída a este efeito. Por outro lado, o efeito competitividade atuou em sentido contrário aos efeitos comércio internacional e destino das exportações, atenuando essa queda em 57,15%.

Quadro 25 - Taxas de crescimento das exportações brasileiras e mundiais e fontes de crescimento das exportações brasileiras de café, em mil US\$, 1995 a 2000

	Exportações	Crescimento (%)
Exportações brasileiras de café em 2000	1.643.391	
Exportações brasileiras de café em 1995	2.124.980	
Crescimento efetivo	-480.589	100,00
1. Fontes de crescimento		
Efeito do comércio mundial	-658.744	136,79
Efeito destino das exportações	-98.079	20,37
Efeito competitividade	275.234	57,15
2. Taxa de crescimento*		
Exportações brasileiras		-5,01
Exportações mundiais		3,36

Fonte: Resultados da pesquisa.

* Taxa anual média.

Os preços altos, a partir de 1995, estimularam a entrada de concorrentes, afastando compradores e induzindo ao aumento do plantio nos países produtores (principalmente Vietnã e Índia). Pelo fato de as plantas não alcançarem um nível de maturidade muito rápido, os estoques presentes nos países importadores foram desovados e só começaram a ser recompostos a partir de 1999.

Aliado a esses problemas de ordem natural, ao preço vigente no mercado, veio à tona um problema conjuntural, que foi a valorização cambial decorrente da implantação do Real. Esta valorização, associada ao aumento da concorrência internacional, fez com que as exportações brasileiras de café se reduzissem bruscamente, passando de 14.581.237 sacas de 60 kg, em 1994, para 11.939.118 sacas, em 1995 (FGV, 2000).

Em resumo, os efeitos crescimento do comércio mundial e destino das exportações foram os que contribuíram para a redução nas exportações brasileiras de café, no período de 1995 a 2000.

6. RESUMO E CONCLUSÕES

O Brasil tem ocupado, historicamente, posição de maior produtor e exportador de café no mercado mundial. As exportações brasileiras de café, embora decrescentes nos últimos anos, continuam sendo um componente relevante na receita cambial brasileira.

Em decorrência da formação do Mercosul, surge na economia brasileira uma nova oportunidade de aumento e diversificação das exportações, principalmente de produtos que vinham perdendo espaço no mercado internacional, uma vez que se abre um mercado de acordos preferenciais.

Em face à integração no Mercosul, torna-se necessário verificar se, após a inserção do Brasil neste bloco econômico, ocorreram alterações nas exportações brasileiras de café em direção aos seus parceiros comerciais, tornando possível ao País retomar parcela de seu mercado externo, perdido ao longo dos últimos anos.

O objetivo principal desta pesquisa foi avaliar se a integração regional do Brasil no Mercosul afetou as exportações brasileiras de café, causando aumento na intensidade de comércio do produto em relação aos demais componentes do bloco.

Assim, procurou-se avaliar o comportamento das exportações brasileiras após a formação do Mercosul, com vistas em verificar as mudanças ocorridas na

intensidade de comércio entre o Brasil e o Mercosul; a orientação regional e a vantagem comparativa das exportações brasileiras de café; e o desempenho dessas exportações por meio do efeito comércio mundial, do efeito destino das exportações e do efeito competitividade.

O período de análise foi de 1990 a 2000, e as variáveis utilizadas foram o valor das exportações brasileiras de café para o Mercosul, especificamente para a Argentina, dado que esse país é responsável pela quase totalidade de comércio de café entre o Brasil e o Mercosul; o valor das exportações totais de café do Brasil; o valor das importações totais de café do Mercosul; o valor das importações totais mundiais de café; o valor das exportações de café no comércio intrazona; o valor das exportações totais de café do Brasil no comércio extrazona; o valor das exportações mundiais de café, excluídas as exportações intrazona; o valor das exportações totais mundiais, excluídas as exportações totais brasileiras no comércio intrazona.

Foram utilizados indicadores de competitividade, como índices de intensidade de comércio, índice de orientações regionais e índice de vantagens comparativas reveladas. Foi realizada também análise do desempenho do setor exportador de café em relação às exportações mundiais, por meio do modelo de *Constant Market Share*, no período de 1990 a 2000.

A partir dos resultados obtidos, verificou-se redução da participação do café brasileiro no comércio internacional, nas últimas décadas. A análise evolutiva dos índices de intensidade de comércio, as orientações regionais, a vantagem comparativa revelada e o *Market Share* indicam que os resultados observados foram coerentes e se complementaram.

Quanto aos indicadores de intensidade de comércio e orientação regional, estes confirmam a indicação de que, apesar de o País ser ainda o líder do mercado mundial de café, sua participação tem sido decrescente. O índice de intensidade de comércio entre Brasil e Argentina indica que o comércio bilateral entre eles não sofreu grandes modificações com a formação do bloco econômico. Os valores encontrados pelo índice, decrescentes a partir de 1994, indicam que,

após a concreta implementação do Mercosul, a intensidade de comércio entre o Brasil e a Argentina foi reduzida.

Já o índice de orientações regionais das exportações brasileiras, em direção ao Mercosul, aponta que não houve grande direcionamento das exportações do Brasil para seus parceiros comerciais. Os valores do índice reduziram-se no período pós-Mercosul (1994), o que confirma a hipótese de que não houve aumento na intensidade do comércio entre o Brasil e o bloco econômico. Este índice somente começou a apresentar altas nos anos de 1999 e 2000, porém sem voltar a alcançar os valores do início da década de 90, considerado na pesquisa como era pré-Mercosul.

Os resultados mostraram perda de mercado do café, produto tradicionalmente exportado pelo Brasil. A evolução dos indicadores de vantagem comparativa revelada não é um fator que confirma esse quadro, pois mesmo perdendo parcela no mercado internacional, o valor do índice permaneceu quase constante ao longo do período analisado, além de estar acima da unidade, o que indica que o País ainda apresenta vantagens comparativas para o produto analisado. Entretanto, a estrutura de produção e exportação, bem como a posição de grande consumidor, poderia ter auferido maior vantagem ao País, ensejando a prevalência de sua capacidade de produção e exportação. Porém, na década de 90, o Brasil perdeu participação no mercado internacional do produto, não fazendo prevalecer sua vantagem comparativa ainda existente.

Esta tendência de estabilidade do índice de vantagem comparativa indica que o Brasil não tem conseguido ampliar e retomar seu *Market Share* nos negócios internacionais, apesar da existência dessa vantagem, mas também sugere que sua perda de mercado não possa ser atribuída a este fator. Supõe-se, então, que a simples existência de vantagens comparativas neste produto não tenha impedido o crescimento de outros concorrentes.

O declínio da participação brasileira no mercado mundial de café pode ser atribuído, em parte, à política de valorização de preços praticada pelo País, bem como à regulação do mercado, que ocorreu no período dos Acordos Internacionais. Esses fatores, que atuaram, conjuntamente, com momentos de

valorização da moeda nacional, estimularam outros países a expandir a produção, com vistas na exportação, ao mesmo tempo que pressionaram o Brasil para reduzir sua cota de exportação no mercado externo.

Ao se analisar o modelo de participação constante de mercado (*Constant Market Share*), verifica-se que, ao longo da década de 90, o Brasil obteve variação positiva em suas exportações de café, explicada, exclusivamente, pelo efeito crescimento do comércio mundial, uma vez que ocorreu perdas na parcela de mercado internacional em razão do efeito competitividade e destino das exportações, que foram negativos no referido período. No subperíodo de 1990 a 1994, o crescimento das exportações brasileiras é explicado, na sua quase totalidade, pelo efeito crescimento do comércio mundial, dado que o efeito destino das exportações pouco contribuiu para este crescimento. Já no subperíodo de 1995 a 2000, os efeitos crescimento de comércio mundial e destino das exportações foram os que contribuíram para a variação negativa das exportações brasileiras. O efeito competitividade, por sua vez, atuou no sentido contrário aos efeitos comércio internacional e destino das exportações, atenuando essa variação negativa.

Os resultados obtidos indicam que, como o Brasil não apresentou perda de vantagem comparativa na produção de café, os fatores que mais podem ser atribuídos à perda de mercado foram o fator conjuntural, que determinou uma restrição da oferta com conseqüente queda nas exportações brasileiras, e outros, como regulamentação de mercado, falta de políticas de coordenação e incentivos ao setor.

Fator de grande destaque foi o fato de o Brasil ter sido o principal país a carregar o ônus do Acordo Internacional do Café, contrariando a tendência dos outros países que, estimulados pelos aumentos nos preços internacionais do produto, aumentaram suas produções.

Os demais fatores, como endividamento do setor, perda de qualidade do café brasileiro, ausência de marketing externo, melhor divulgação do produto e aumento do consumo interno, também são relevantes para explicar a perda de dinamismo do produto no mercado internacional. O Brasil percebeu,

tardiamente, a questão da diferenciação do produto no mercado mundial, visto que sempre se preocupou com vendas em grandes quantidades, enquanto seus concorrentes introduziam qualidade ao produto e absorviam parte do mercado brasileiro, conseguindo, assim, melhores preços.

Após análise dos resultados obtidos, ficou evidenciado que as políticas cambiais, adotadas pós Plano Real, afetaram, de maneira significativa, as exportações brasileiras em direção ao Mercosul e ao resto do mundo. Percebe-se uma anulação dos possíveis ganhos comerciais da formação do bloco sobre as exportações brasileiras, devido à política de sobrevalorização cambial imposta pelo governo brasileiro com o Plano Real.

No início do Plano, dada a desvalorização do dólar, ocorreu estrangulamento do setor externo, o qual somente começou a ser eliminado após a desvalorização cambial adotada pelo governo, em 1999, contribuindo para o reaquecimento das exportações brasileiras.

Em virtude da valorização do Real, houve quedas nos índices de intensidade de comércio e orientações regionais das exportações brasileiras de café, o que fez com que o País não pudesse expandir suas relações comerciais com o Mercosul, devido a sua política de sobrevalorização cambial.

No Mercosul, mercado emergente e que representava uma expectativa de alavancagem das exportações brasileiras, pode-se observar, por meio dos indicadores estimados, que este acordo de comércio quase não absorveu e nem afetou significativamente as exportações brasileiras de café, de forma que fez com que o País recuperasse parcela da redução de sua demanda internacional, já que seus compradores, além de reduzirem o consumo, em alguns casos, ainda aumentavam suas compras dos concorrentes brasileiros.

Permanece ainda visível o perfil tradicional de comércio dos membros do bloco econômico, o que demonstra que a manutenção deste perfil, após a abertura e integração regional, reflete as dificuldades dos países membros em criar vantagens comparativas mais dinâmicas e, principalmente, em direção a produtos de maior valor agregado, gerando progressos em suas pautas de exportações. Tendo em vista que o café não é considerado tão importante para os

parceiros de bloco econômico, como o é para o Brasil, este acordo comercial não propiciou a retomada de mercado para o café brasileiro.

Neste sentido, a inserção do Mercosul no comércio internacional, refletida na pauta de comércio, não sofreu grandes oscilações no período posterior à abertura comercial, o que torna inegável o fato de que a implementação do Mercosul, mesmo com aumento das exportações totais brasileiras para os demais parceiros do bloco, não afetou especificamente as exportações brasileiras de café e que este bloco econômico é um mercado consumidor ainda inexpressivo para o café brasileiro, visto que absorve apenas uma fatia próxima a 4% das exportações brasileiras, já que apenas a Argentina, sozinha, importou 76% deste valor.

Uma grande vantagem apresentada pelo Brasil em face a seus principais concorrentes reside no fato de o País produzir todas as qualidades de café, além de apresentar, entre os países produtores, maior vantagem comparativa no mercado internacional, fator de grande relevância, uma vez que o torna em condições de atender a qualquer tipo de demanda interna, externa e com competitividade.

Torna-se necessário, então, que se implemente no País um conjunto de ações com estratégias voltadas para a valorização do produto, incentivos à produção e à pesquisa, visando atender às novas características requeridas pelo mercado consumidor do produto.

Dadas as alterações ocorridas no comércio mundial de café nos anos 90, o que sinalizou tendências de aumento no consumo de café de qualidade, o crescimento das exportações brasileiras deste produto dependerá dos esforços para recuperar níveis de exportação compatíveis aos do período pré-Mercosul, visando ampliar sua capacidade competitiva em relação aos demais países que atuam nesse tipo de mercado.

Em face à sua posição como maior produtor mundial de café, maior exportador deste produto e também segundo maior consumidor, espera-se que o Brasil comece a liderar a formulação de políticas mais apropriadas ao País, para que não fique subordinado às políticas conjuntas implementadas pelos acordos

internacionais, dado o elevado ônus que tem recaído sobre este setor, principalmente a perda de parcela de mercado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, I.B., AMAT, E., GODINHO, M., RESENDE, R.M. Custo Brasil: causas recentes da baixa competitividade das empresas brasileiras. **Reuna - Revista de Economia da Una**, Belo Horizonte, n. 9, p. 56-67, 1999.
- ARRUDA, M. Globalização e ajuste neoliberal: riscos e oportunidades. **Tempo e Presença**, ano 17, n. 284, 1995.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ - ABIC. [maio 2001]. (<http://www.abic.com.br>).
- BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1995. 416 p.
- BANCO MUNDIAL - BIRD. **Development reports**. 1998.
- BARBOSA, R.A. **A economia mundial em transformação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. 124 p.
- BAUMANN, R. Uma visão econômica da globalização. In: BAUMANN, R. (Org.). **Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996. 237 p.
- BRANDÃO, A.S., PEREIRA, L.V. (Orgs.). **Mercosul: perspectivas da integração**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 308 p.
- CAIXETA, G.Z.T., GOMES, M.F.M. Competitividade da cadeia agroindustrial de café no Brasil na década de 90. In: GOMES, M.F.M., COSTA, F.A. **Desequilíbrio econômico e agronegócio**. Viçosa: UFV, 1999. 287 p.

- CAIXETA, G.Z.T. et al. **Parcela de participação, qualidade e preço do café no mercado mundial**. Belo Horizonte: EPAMIG, 2000. 48 p. (Boletim Técnico, 60).
- CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Unesp, 2000. 582 p.
- CARVALHO, F.M.A. **O comportamento das exportações brasileiras e a dinâmica do complexo agroindustrial**. Piracicaba: ESALQ, 1995. Tese (Doutorado em Economia Agrícola) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 1995.
- CARVALHO, M.A., SILVA, R.L. **Economia internacional**. São Paulo: Saraiva, 2000. 300 p.
- CARVALHO, F.M.A., SILVA, J.M.A, VIEIRA, W.C. (Orgs.). **Crise e reestruturação econômica na América Latina**. Viçosa: UFV, 1998. 196 p.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA - CEPAL. **Anuário estatístico do café**. [02 mar. 2001]. (<http://www.cepal.org>).
- CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ VERDE DO BRASIL - CECAFÉ. [abr. 2001]. (<http://www.cecafe.com.br>).
- CONTINI, E., GONTIJO, V. Política agrícola brasileira numa economia aberta. In: TEIXEIRA, E.C. (Ed.). **Desenvolvimento agrícola na década de 90 e no século XXI**. Viçosa: UFV, 1993. 219 p.
- COSTA, T.V.M., WAQUIL, P.D. Intensidade, orientação regional e vantagens comparativas da avicultura brasileira no Mercosul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu. **CD-ROM...** Brasília: SOBER, 1999. 10 p.
- COUTINHO, L.G., FERRAZ, J.C. (Coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas: Papyrus, 1994. 510 p.
- DEPARTAMENTO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO - DEESD. **Competitividade e fatores determinantes**. Brasília, 1991. 27 p. (Textos para discussão).
- ESTADO DE MINAS - ECONOMIA, Belo Horizonte, n. 30, out. 2000, 74 p.
- FARINA, E.M.M.Q., ZYLBERSZTAJN, D. **Competitividade no agribusiness brasileiro: sistema agroindustrial do café**. São Paulo: IPEA/PENSA/FEA, 1998. 155 p.

- FERREIRA, A.V. **Indicadores de competitividade das exportações agroindustriais brasileiras, 1980-1995**. Viçosa: UFV, 1998. 114 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1998.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. [mar. 2001]. (<http://www.fao.org>).
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **Dados**. [17 out. 2000]. (<http://www.fgv.gov.br>).
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Indicadores de competitividade das exportações: resultados setoriais para o período 1980/1988**. Brasília: 1992. 17 p. (Texto para discussão, 257).
- KRUGMAN, P. **Regional blocs: the good, the bad and the ugly, the international economy**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1991. 766 p.
- KRUGMAN, P.R., OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Makron Books, 1999. 809 p.
- LACERDA, A.C., BOCCHI, J.I., REGO, J.M., BORGES, M.A., MARQUES, R.M. **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000. 262 p.
- LAWRENCE, R. Cenários para o sistema de comércio mundial e suas implicações para os países em desenvolvimento. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, n. 29, out./dez. 1991.
- LEMONS, M.B., MORO, S. **O sistema agroalimentar no Mercosul: uma análise da estrutura e evolução da pauta brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 1995. 16 p.
- LIMA, M.C., MEDEIROS, M.A. (Orgs.). **O Mercosul no limiar do século XXI**. São Paulo: Cortez, 2000. 328 p.
- MELO, H. Agricultura brasileira: um novo horizonte de crescimento. In: TEIXEIRA, E.C. (Ed.). **Política agrícola e desenvolvimento**. Viçosa: UFV, 1992. 210 p.
- MERCADO comum. **Revista de Administração e Economia de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 147, abr. 2001, 47 p.
- NAKANO, Y. (Org.). **O Brasil frente a um mundo dividido em blocos**. São Paulo: Nobel, 1994. 277 p.

- NONNENBERG, M.J.B. **Competitividade e crescimento das exportações brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 73 p. (Texto para Discussão, 578).
- NONNENBERG, M.J.B., MENDONÇA, M.J.C. **Criação e desvio de comércio no Mercosul: o caso dos produtos agrícolas**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 17 p. (Texto para Discussão, 248).
- OLIVEIRA, G. **Brasil real**. São Paulo: Mandarim, 1996. 207 p.
- PEREIRA, L. **Mercosul: perspectivas da integração**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. 306 p.
- PINHEIRO, L.L. **Condicionantes da competitividade da suinocultura na Zona da Mata mineira**. Viçosa: UFV, 1999. 117 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1999.
- PONCIANO, N.J. **Segmento exportador da cadeia agroindustrial do café brasileiro**. Viçosa: UFV, 1995. 128 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal de Viçosa, 1995.
- PORTER, M.E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993. 897 p.
- PORTO, M.C.L. **Teoria da integração e políticas comunitárias**. Coimbra: Almedina, 1997. 469 p.
- REZENDE, A.M., GOMES, M.F.M., PONCIANO, N.J., REZENDE, A.M. A inserção do Brasil no mercado internacional de café: a descomotização do mercado. In: LÍRIO, V.S., GOMES, M.F.M. (Orgs.). **Investimento privado público e mercado de commodities**. Viçosa: UFV, 2000. p. 1-48.
- RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 286 p. (Coleção Os Economistas).
- SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR - SECEX. **Sistema Alice**. [9 nov. 2000]. (<http://www.mdic.gov.br>).
- SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1985. 114 p.
- SMITH, A. **A riqueza das nações: uma investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 412 p. (Coleção Os Economistas).
- VASCONCELLOS, M.A.S., GREMAUD, A.P., JÚNIOR, R.T. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1995. 293 p.

- VEGRO, C.L.R. O agronegócio do café em âmbito do Mercosul. In: CARVALHO, F., VIEIRA, W. **Mercosul: agronegócios e desenvolvimento econômico**. Viçosa: UFV, 1997. p. 199-218.
- VELLOSO, J.P.R. (Org.). **Mercosul & Nafta: o Brasil e a integração hemisférica**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. 290 p.
- VIEIRA, W.C., CARVALHO, F.M.A. (Orgs.). **Mercosul: agronegócios e desenvolvimento econômico**. Viçosa: UFV, 1997. 295 p.
- WAQUIL, P.D. Globalização, formação de blocos regionais e implicações para o setor agrícola no Mercosul. **Análise Econômica**, n. 27, mar. 1997, 15 p.
- WATERS, M. **Globalisation**. Londres: Routledge, 1995. 327 p.
- YEATS, A. **Does Mercosur's trade performance raise concerns about the effects of regional trade arrangements?** Washington, DC: The World Bank, 1997. 33 p. (Policy Research Working Paper).
- ZAMBOLIM, L. **Café: produtividade, qualidade e sustentabilidade**. Viçosa: UFV, 2000. 395 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

INDICADORES DE VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS, INTENSIDADE DE COMÉRCIO, ORIENTAÇÕES REGIONAIS E MODELO DE MARKET SHARE

Quadro 1A - Indicadores de vantagem comparativa e intensidade de comércio,
em mil US\$, FOB, 1990 a 2000

Ano	X _{oj}	X _{to}	X _{wj} *	X _w *
1990	1.238.253	30.094.000	6.637.796	3.390.873.000
1991	1.529.930	29.311.000	5.478.990	3.492.897.000
1992	1.041.428	31.696.000	4.358.884	3.700.786.000
1993	1.160.869	34.458.000	4.9216.271	3.658.935.000
1994	2.472.881	38.159.000	7.917.376	4.166.951.000
1995	2.358.876	40.353.000	8.302.683	4.989.559.000
1996	2.017.539	40.442.000	9.128.265	5.226.967.000
1997	2.925.136	43.948.000	8.054.070	5.422.233.000
1998	2.492.085	42.262.000	8.679.427	5.293.500.000
1999	2.338.330	41.234.000	10.043.860	5.478.621.000
2000	1.658.055	47.352.000	9.771.855	6.018.631.000

Fonte: Calculados pelo autor, 2001.

em que X_{oj} = valor das exportações do produto j pelo país a, no comércio extrazona; X_{to} = valor das exportações totais no comércio extrazona; X_{wj}^* = valor das exportações totais mundiais do produto j, excluídas as exportações intrazona; X_w^* = valor das exportações totais mundiais, excluído o comércio intrazona.

Quadro 2A - Indicadores de intensidade de comércio e orientação regional, em mil US\$, FOB, 1990 a 2000

Ano	Xoj	Xto	Xrj	Xtr
1990	1.238.253	30.094.000	46.433	4.127.000
1991	1.529.930	29.311.000	45.911	5.103.000
1992	1.041.428	31.696.000	56.487	7.214.000
1993	1.160.869	34.458.000	54.046	10.065.000
1994	2.472.881	38.159.000	62.128	12.049.000
1995	2.358.876	40.353.000	70.405	14.441.000
1996	2.017.539	40.442.000	75.060	17.033.000
1997	2.925.136	43.948.000	82.618	20.767.000
1998	2.492.085	42.262.000	85.716	20.500.000
1999	2.338.330	41.234.000	102.890	15.379.000
2000	1.658.055	47.352.000	105.945	17.369.000

Fonte: Calculados pelo autor, 2001.

em que X_{rj} = valor das exportações do produto j no comércio intrazona; X_{tr} = valor das exportações totais no comércio intrazona; X_{oj} = valor das exportações do produto j no comércio extrazona; X_{to} = valor das exportações totais no comércio extrazona.

Quadro 3A - Índices de vantagem comparativa revelada (VCR), intensidade de comércio (IIC) e orientação regional (IOR), café, 1990 a 2000

Ano	VCR	IIC	IOR
1990	2,10	5,12	27,49
1991	3,32	10,15	17,24
1992	2,78	16,98	23,70
1993	2,50	13,55	16,02
1994	3,41	10,55	8,01
1995	3,51	8,00	8,37
1996	2,85	8,33	8,81
1997	4,48	8,51	6,00
1998	3,59	8,74	5,93
1999	3,09	10,15	11,79
2000	2,15	10,29	17,08

Fonte: Calculados pelo autor, 2001.

Quadro 4A - Cálculos e resultados do modelo *market share*, 1990 a 1994

Mercado	Vj (90)	V'j (94)	XM(90)	X'M(94)	rj	rVj	rjVj
Usa	369.024	435.986	1.084.008	2.112.277	0,95	414.783	350.049
Alemanha	148.455	215.437	636.028	1.380.873	1,17	166.863	173.854
Itália	142.074	231.523	198.359	468.460	1,36	159.691	193.474
Japão	114.628	197.095	323.588	704.945	1,18	128.841	135.092
Bélgica	48.280	123.429	357.492	686.602	0,92	54.266	44.447
Outros	621.574	1.136.871	1.745.561	3.881.027	1,22	698.649	760.415
Total	1.444.037	2.340.342	4.345.027	9.226.667	1,12r	1.623.098	1.657.331

Fonte: Calculados pelo autor, 2001.

em que Vj = valor das exportações brasileiras de café para o mercado j, no período 1; V'j = valor das exportações brasileiras de café para o mercado j, no período 2; XM = valor das exportações mundiais de café, no período 1, excluídas as exportações brasileiras de café; X'M = valor das exportações mundiais de café, no período 2, excluídas as exportações brasileiras de café; r = porcentagem de crescimento do valor das exportações mundiais de café, do período 1 para o período 2; rj = porcentagem de crescimento do valor das exportações mundiais de café para o país j, do período 1 para o período 2.

Quadro 5A - Cálculos e resultados do modelo *market share*, 1995 a 2000

Mercado	Vj (95)	V'j (00)	XM(95)	X'M(00)	rj	rjVj	rVj
Usa	343.266	141.143	2.621.571	1.902.997	-0,27	-94.089	-106.412
Alemanha	130.931	114.179	1.463.457	1.229.113	-0,16	-20.966	-40.589
Itália	241.921	84.393	516.697	385.856	-0,25	-61.261	-74.995
Japão	170.162	78.066	712.522	515.708	-0,28	-47.003	-62.750
Bélgica	105922	41.077	740.637	620.835	-0,16	-17.134	-32.836
Outros	1.132.778	1.184.530	3.151.018	1.714.664	-0,46	-516.371	-351.161
Total	2.124.980	1.643.391	9.205.904	6.369.151	-0,31r	-756.823	-658.744

Fonte: Calculados pelo autor, 2001.

em que Vj = valor das exportações brasileiras de café para o mercado j, no período 1; V'j = valor das exportações brasileiras de café para o mercado j, no período 2; XM = valor das exportações mundiais de café, no período 1, excluídas as exportações brasileiras de café; X'M = valor das exportações mundiais de café, no período 2, excluídas as exportações brasileiras de café; r = porcentagem de crescimento do valor das exportações mundiais de café, do período 1 para o período 2; rj = porcentagem de crescimento do valor das exportações mundiais de café para o país j, do período 1 para o período 2.

Quadro 6A - Cálculos e resultados do modelo *market share*, 1990 a 2000

Mercado	V _j (90)	V' _j (00)	XM(90)	X'M(00)	r _j	rV _j	r _j V _j
Usa	369.024	141.143	1.084.008	1.902.997	0,76	171.909	278.805
Alemanha	148.455	114.179	636.028	1.229.113	0,93	69.157	138.432
Itália	142.074	84.393	198.350	385.249	0,95	66.184	134.307
Japão	114.628	78.066	323.588	515.708	0,59	53.399	68.057
Bélgica	48.280	41.077	357.492	620.835	0,74	22.491	35.565
Outros	621.574	1.184.530	1.745.561	1.714.644	-0,02	289.599	-11.009
Total	1.444.037	1.643.391	4.345.027	6.369.151	0,47r	672.701	644.156

Fonte: Calculados pelo autor, 2001.

em que V_j = valor das exportações brasileiras de café para o mercado j , no período 1; V'_j = valor das exportações brasileiras de café para o mercado j , no período 2; XM = valor das exportações mundiais de café, no período 1, excluídas as exportações brasileiras de café; $X'M$ = valor das exportações mundiais de café, no período 2, excluídas as exportações brasileiras de café; r = porcentagem de crescimento do valor das exportações mundiais de café, do período 1 para o período 2; r_j = porcentagem de crescimento do valor das exportações mundiais de café para o país j , do período 1 para o período 2.

APÊNDICE B

DADOS UTILIZADOS NOS CÁLCULOS

Quadro 1B - Exportações brasileiras totais e de café verde para o mundo e para o Mercosul, em mil US\$, FOB, 1990 a 2000

Ano	Exportação Brasil café	Export. Brasil café para o Mercosul	Exportações Brasil totais	Exportações Brasil totais para Mercosul
1990	1.284.686	46.433	31.414.000	1.320.000
1991	1.575.841	45.911	31.620.000	2.309.000
1992	1.097.915	56.498	35.793.000	4.097.000
1993	1.214.915	54.046	38.555.000	5.386.000
1994	2.535.009	62.128	43.545.000	5.921.000
1995	2.429.281	70.405	46.506.000	6.153.000
1996	2.092.599	75.060	47.747.000	7.305.000
1997	3.077.754	82.618	52.994.000	9.043.000
1998	2.577.798	85.716	51.140.000	8.878.000
1999	2.441.220	102.890	48.011.000	6.777.000
2000	1.764.000	105.945	55.085.000	7.733.000

Fonte: SECEX (2000), FAO (2001) e BIRD (1998).

Quadro 2B - Exportações mundiais total e de café e comércio intra-Mercosul, em mil US\$, FOB, 1990 a 2000

Ano	Exportação mundial de café	Exportação mundial total	Comércio intra-Mercosul	Exportações Mercosul para mundo
1990	6.684.229	3.395.000.000	4.127.000	42.306.000
1991	5.524.901	3.498.000.000	5.103.000	40.808.000
1992	4.415.371	3.708.000.000	7.214.000	43.272.000
1993	4.980.317	3.669.000.000	10.065.000	43.981.000
1994	7.979.504	4.179.000.000	12.049.000	50.078.000
1995	8.373.088	5.004.000.000	14.441.000	56.054.000
1996	9.203.325	5.244.000.000	17.033.000	57.913.000
1997	8.136.688	5.443.000.000	20.767.000	62.709.000
1998	8.765.140	5.314.000.000	20.500.000	60.953.000
1999	10.146.750	5.494.000.000	15.379.000	58.936.000
2000	9.877.800	6.036.000.000	17.369.000	62.540.000

Fonte: SECEX (2000), FAO (2001) e BIRD (1998).

Quadro 3B - Exportações brasileiras e argentinas, importações mundial e argentina, em mil US\$, FOB, 1990 a 2000

Ano	Exportações Brasil para Argentina	Exportações totais Brasil	Importações da Argentina	Importações totais mundiais
1990	645.139	31.414.000	1.399.000	3.395.300.000
1991	1.476.170	31.620.000	1.614.000	3.498.500.000
1992	3.039.983	35.793.000	1.731.000	3.708.000.000
1993	3.658.779	38.555.000	2.717.000	3.669.000.000
1994	4.135.864	43.545.000	3.661.000	4.179.000.000
1995	4.041.135	46.506.000	5.591.000	5.004.000.000
1996	5.170.031	47.747.000	6.805.000	5.244.000.000
1997	6.767.277	52.994.000	8.031.000	5.443.000.000
1998	6.748.203	51.140.000	8.034.000	5.314.000.000
1999	5.363.954	48.011.000	5.812.000	5.444.000.000
2000	6.233.000	55.085.000	6.843.000	6.036.000.000

Fonte: SECEX (2000), FAO (2001) e BIRD (1998).

Quadro 4B - Exportações brasileiras de café, por país de destino, em mil sacas de 60 kg, 1990 a 2000

Ano	USA	Alemanha	Itália	Japão	Bélgica	Outros	Total
1990	4.800	1.931	1.848	1.491	628	8.085	18.783
1991	4.700	1.834	1.865	1.297	658	8.075	18.429
1992	4.200	1.705	1.871	1.150	746	8.145	17.817
1993	3.400	1.643	1.911	1.340	716	8.123	17.133
1994	2.900	1.433	1.540	1.311	821	7.562	15.567
1995	2.100	801	1.480	1.041	648	6.930	13.000
1996	2.010	1.627	1.367	1.221	698	6.975	13.900
1997	2.228	2.794	1.406	1.219	805	6.971	15.333
1998	2.849	2.614	1.650	1.396	861	7.847	17.217
1999	4.698	4.003	1.658	1.560	964	9.050	21.933
2000	1.450	1.173	867	802	422	12.169	16.883

Fonte: SECEX (2000).

Quadro 5B - Exportações mundiais de café, por país de destino, em mil sacas de 60 kg, 1990 a 2000

Ano	USA	Alemanha	Itália	Japão	Bélgica	Outros	Total
1990	18.900	10.204	4.428	5.700	5.278	30.790	75.300
1991	18.700	10.304	4.586	5.300	5.136	30.245	74.271
1992	18.652	10.567	4.780	5.200	5.465	31.346	76.100
1993	18.188	10.065	4.837	5.700	5.562	26.236	70.588
1994	16.950	10.618	4.767	6.000	5.338	33.266	76.939
1995	18.138	9.754	4.641	5.400	5.179	26.207	69.319
1996	18.100	9.715	4.743	5.500	6.400	30.605	75.063
1997	17.848	12.900	4.710	5.600	6.200	37.455	84.713
1998	19.400	13.500	4.741	6.100	6.700	32.249	82.690
1999	20.400	13.700	4.788	6.100	6.800	29.386	81.174
2000	21.000	13.800	4.831	6.100	6.800	29.784	82.315

Fonte: SECEX (2000).

Quadro 6B - Exportações brasileiras de café verde, receita cambial e preço médio, 1990 a 2000

Ano	Volume (sacas de 60 kg)		Receita cambial (US\$ 1.000)		Preço médio (US\$/saca)	
	Verde	Solúvel	Verde	Solúvel	Verde	Solúvel
1990	14.570.501	2.415.499	1.120.187	164.499	76,88	68,10
1991	19.572.696	1.569.222	1.461.683	114.311	74,68	72,85
1992	16.424.587	2.399.114	936.627	161.464	57,03	67,30
1993	15.146.066	2.700.101	1.000.656	215.066	66,07	79,65
1994	14.581.237	2.690.558	2.192.160	345.849	150,34	128,54
1995	11.939.188	2.614.661	1.951.585	477.695	163,46	182,70
1996	12.772.174	2.518.395	1.692.795	400.888	132,54	159,18
1997	14.437.153	2.333.873	2.725.871	368.770	188,81	158,01
1998	16.561.324	1.661.836	2.336.741	259.375	141,10	156,08
1999	21.060.854	1.960.691	2.220.568	223.784	105,44	114,14
2000	16.022.911	2.066.213	1.559.615	215.713	97,34	104,40

Fonte: FEBEC (2000).